

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	83
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	86
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	87
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.312.328.578
Preferenciais	0
Total	2.312.328.578
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	11.345.912	11.836.227	11.409.833
1.01	Ativo Circulante	3.610.731	3.839.556	3.582.581
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.064.694	2.294.317	2.235.391
1.01.03	Contas a Receber	1.413.401	1.487.939	1.327.276
1.01.03.01	Clientes	1.413.401	1.322.706	1.169.706
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	165.233	157.570
1.01.06	Tributos a Recuperar	67.219	6.259	199
1.01.07	Despesas Antecipadas	29.574	18.503	15.774
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	35.843	32.538	3.941
1.01.08.03	Outros	35.843	32.538	3.941
1.01.08.03.01	Adiantamentos	3.919	1.625	3.396
1.01.08.03.02	Outros	1.724	713	545
1.01.08.03.03	Inventário de Gás	30.200	30.200	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.735.181	7.996.671	7.827.252
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	263.031	255.946	55.767
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	55.993	242.994	33.119
1.02.01.02.02	Depósitos judiciais	18.373	17.034	17.468
1.02.01.02.03	Depósitos vinculados	13.925	16.570	15.651
1.02.01.02.04	Instrumentos Financeiro Derivativo	23.695	209.390	0
1.02.01.04	Contas a Receber	206.489	0	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	206.489	0	0
1.02.01.05	Estoques	0	7.639	2.295
1.02.01.05.03	Estoque em poder de terceiros	0	7.639	2.295
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	549	5.313	20.353
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	306	5.069	20.353
1.02.01.10.04	Outros	243	244	0
1.02.03	Imobilizado	7.472.150	7.740.725	7.771.485

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	11.345.912	11.836.227	11.409.833
2.01	Passivo Circulante	2.626.815	2.530.066	1.557.741
2.01.02	Fornecedores	736.245	613.179	447.121
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.275.691	1.213.979	993.983
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.275.691	1.213.979	993.983
2.01.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.196.671	1.140.754	913.061
2.01.03.01.03	Tributos a recolher	79.020	73.225	80.922
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	289.509	302.456	80.659
2.01.04.02	Debêntures	289.509	302.456	80.659
2.01.05	Outras Obrigações	325.370	400.452	35.978
2.01.05.02	Outros	325.370	400.452	35.978
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	7.576
2.01.05.02.04	Outros	6.097	74	0
2.01.05.02.05	Folha de pagamento e encargos a pagar	29.214	23.888	28.402
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiro Derivativo	290.059	376.490	0
2.02	Passivo Não Circulante	12.622.525	13.447.766	7.386.908
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.059.177	11.915.044	5.261.359
2.02.01.02	Debêntures	11.059.177	11.915.044	5.261.359
2.02.02	Outras Obrigações	57.522	2.923	1.368
2.02.02.02	Outros	57.522	2.923	1.368
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiro Derivativo	52.475	0	0
2.02.02.02.04	Outros Passivos	5.047	2.923	0
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	0	0	1.368
2.02.03	Tributos Diferidos	1.290.376	1.333.248	1.966.320
2.02.04	Provisões	215.450	196.551	157.861
2.02.04.02	Outras Provisões	215.450	196.551	157.861
2.02.04.02.04	Provisões ambientais	40.548	38.617	36.373
2.02.04.02.05	Provisão com condicionantes ambientais	23.969	30.267	35.604

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.04.02.06	Provisão para contingências legais	31.982	27.437	3.264
2.02.04.02.07	Provisão para cruzamento de faixas	25.596	19.858	13.054
2.02.04.02.08	Provisão para repasse contratual	93.355	80.372	69.566
2.03	Patrimônio Líquido	-3.903.428	-4.141.605	2.465.184
2.03.01	Capital Social Realizado	501.000	508.712	508.712
2.03.02	Reservas de Capital	431.546	708.824	1.192.463
2.03.04	Reservas de Lucros	1.542.563	1.098.145	764.009
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-6.267.098	-6.267.098	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-111.439	-190.188	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.353.022	6.777.519	5.765.779
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.014.145	-833.752	-887.538
3.03	Resultado Bruto	6.338.877	5.943.767	4.878.241
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	18.864	-113.318	-86.989
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-118.131	-113.318	-78.152
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	136.995	0	-8.837
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.357.741	5.830.449	4.791.252
3.06	Resultado Financeiro	-1.503.142	-1.222.909	-210.094
3.06.01	Receitas Financeiras	259.126	296.785	79.540
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.762.268	-1.519.694	-289.634
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.854.599	4.607.540	4.581.158
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.602.543	-1.532.483	-1.521.484
3.08.01	Corrente	-1.685.983	-1.621.243	-1.257.511
3.08.02	Diferido	83.440	88.760	-263.973
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.252.056	3.075.057	3.059.674
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.252.056	3.075.057	3.059.674
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,41	1,33	1,32
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,41	1,33	1,32

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	3.252.056	3.075.057	3.059.674
4.02	Outros Resultados Abrangentes	78.749	-190.188	0
4.02.01	Resultado de Hedge de Fluxo de Caixa	119.317	-288.164	0
4.02.02	IRC Diferidos s/ res. de Hedge de Fluxo de Caixa	-40.568	97.976	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.330.805	2.884.869	3.059.674

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.346.506	4.955.478	4.405.865
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.394.064	4.888.683	4.055.890
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	3.252.056	3.075.057	3.059.674
6.01.01.02	Provisão para perda com Contas a Receber	19.930	0	0
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social e Diferidos	-83.440	-88.760	263.973
6.01.01.04	Provisão para Bônus, Férias e 13°	32.826	27.522	22.992
6.01.01.09	Despesa com Juros Sobre Debentures e Financiamentos	1.654.156	1.398.017	251.838
6.01.01.10	Depreciação e Amortização	478.771	461.439	450.910
6.01.01.12	Outros	39.765	15.408	6.503
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-47.558	66.795	349.975
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-110.625	-153.000	-208.466
6.01.02.05	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	123.066	166.567	136.407
6.01.02.06	Tributos a Recolher	1.691.778	1.613.395	1.270.702
6.01.02.08	Outras Contas a Receber	-41.256	-7.663	-64.456
6.01.02.09	Proventos e Encargos a Pagar	-27.500	-25.121	-19.012
6.01.02.10	Provisões Ambientais	-6.298	-5.337	-3.215
6.01.02.11	Provisão para Contingências Legais	0	982	281
6.01.02.13	Tributos a Recuperar - CP+LP	-56.197	14.712	84.683
6.01.02.14	Inventário de Gás	0	-30.200	0
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.630.066	-1.520.747	-914.509
6.01.02.16	Outros Ativos	-4.089	-8.572	-102
6.01.02.17	Outros Passivos	13.629	21.779	67.662
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-210.197	-430.679	-202.324
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-210.197	-430.679	-202.324
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.365.932	-4.465.873	-2.922.239
6.03.01	Pagamento Swap	-397.585	-117.273	0
6.03.02	Pagamento de Juros de Financiamento	-113.940	-30.958	-2.366
6.03.03	Captação de Debêntures	0	3.488.515	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.04	Pagamento de Juros de Debêntures	-1.132.578	-1.025.274	-183.132
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	-2.813.671	-3.090.097	-2.736.741
6.03.06	Redução de Capital	-300.603	0	0
6.03.07	Empréstimo Bancário	0	-60.000	0
6.03.08	Pagamento Principal Debêntures	-580.000	-5.200.000	0
6.03.09	Captação de Nova Dívida	-8.060	1.556.530	0
6.03.10	Caixa Gerado na Incorporação da NISA	0	12.684	0
6.03.11	Pagamento IR Cambio Financiamento	-19.495	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-229.623	58.926	1.281.302
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.294.317	2.235.391	954.089
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.064.694	2.294.317	2.235.391

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	508.712	708.824	1.098.145	0	-6.457.286	-4.141.605
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	508.712	708.824	1.098.145	0	-6.457.286	-4.141.605
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-7.712	-277.278	444.418	-3.252.056	0	-3.092.628
5.04.08	Redução de Capital	-300.603	0	0	0	0	-300.603
5.04.09	Dividendos Pagos	0	0	-830.110	-1.961.915	0	-2.792.025
5.04.10	Dividendos propostos	0	0	1.206.494	-1.206.494	0	0
5.04.11	Incorporação de Capital	292.891	-277.278	-15.613	0	0	0
5.04.12	Subvenções - Incentivos fiscais	0	0	83.647	-83.647	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.252.056	78.749	3.330.805
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.252.056	0	3.252.056
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	78.749	78.749
5.05.02.06	Resultado de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	119.317	119.317
5.05.02.07	IR/CS diferidos s/ res. de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-40.568	-40.568
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	501.000	431.546	1.542.563	0	-6.378.537	-3.903.428

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	508.712	1.192.463	764.008	0	0	2.465.183
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	508.712	1.192.463	764.008	0	0	2.465.183
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-483.639	334.137	-3.075.057	-6.267.098	-9.491.657
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-41.440	0	-41.440
5.04.08	Eliminação de participação acionária detida na NTS	0	-927.904	0	0	0	-927.904
5.04.09	IR/CS diferidos s/ ágio & mais-valia existente na incorporada	0	444.265	0	0	0	444.265
5.04.10	Lucros acumulados da incorporada	0	0	15.613	142.019	0	157.632
5.04.11	Subvenções - Incentivos fiscais	0	0	82.688	-82.688	0	0
5.04.12	Transações com sócio	0	0	0	0	-6.267.098	-6.267.098
5.04.13	Dividendos Aprovados	0	0	-594.274	-2.262.838	0	-2.857.112
5.04.14	Dividendos Propostos	0	0	830.110	-830.110	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.075.057	-190.188	2.884.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.075.057	0	3.075.057
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-190.188	-190.188
5.05.02.06	Resultado de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-288.164	-288.164
5.05.02.07	IR/CS diferidos s/ res. de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	97.976	97.976
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	508.712	708.824	1.098.145	0	-6.457.286	-4.141.605

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	508.712	1.192.463	442.395	0	0	2.143.570
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	508.712	1.192.463	442.395	0	0	2.143.570
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-345.815	-2.392.246	0	-2.738.061
5.04.06	Dividendos	0	0	-345.815	-2.304.928	0	-2.650.743
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-87.318	0	-87.318
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	667.428	2.392.246	0	3.059.674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.059.674	0	3.059.674
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	667.428	-667.428	0	0
5.05.02.06	Subvenções - Incentivos fiscais	0	0	73.154	-73.154	0	0
5.05.02.07	Dividendos propostos	0	0	594.274	-594.274	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	508.712	1.192.463	764.008	0	0	2.465.183

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	8.441.075	7.836.284	6.703.518
7.01.02	Outras Receitas	8.441.075	7.836.284	6.703.518
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-502.084	-301.447	-378.989
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-502.084	-301.447	-378.989
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.938.991	7.534.837	6.324.529
7.04	Retenções	-442.842	-424.850	-414.265
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-442.842	-424.850	-414.265
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.496.149	7.109.987	5.910.264
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	396.654	295.015	79.424
7.06.02	Receitas Financeiras	259.658	296.785	79.424
7.06.03	Outros	136.996	-1.770	0
7.06.03.03	Outros receitas	136.996	-1.770	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.892.803	7.405.002	5.989.688
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.892.803	7.405.002	5.989.688
7.08.01	Pessoal	99.586	97.020	85.129
7.08.01.01	Remuneração Direta	64.421	65.389	56.922
7.08.01.02	Benefícios	30.201	27.096	24.567
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.964	4.535	3.640
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.716.642	2.619.132	2.474.858
7.08.02.01	Federais	2.376.099	2.280.921	2.156.515
7.08.02.02	Estaduais	339.481	335.089	297.172
7.08.02.03	Municipais	1.062	3.122	21.171
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.824.519	1.613.793	370.027
7.08.03.01	Juros	1.752.781	1.505.353	285.100
7.08.03.03	Outras	71.738	108.440	84.927
7.08.03.03.01	Patrocínios	33.186	26.219	26.475
7.08.03.03.02	Fornecedores – serviços não operacionais	33.455	69.291	60.621
7.08.03.03.03	Outras remunerações de capitais de terceiros	5.097	12.930	-2.169

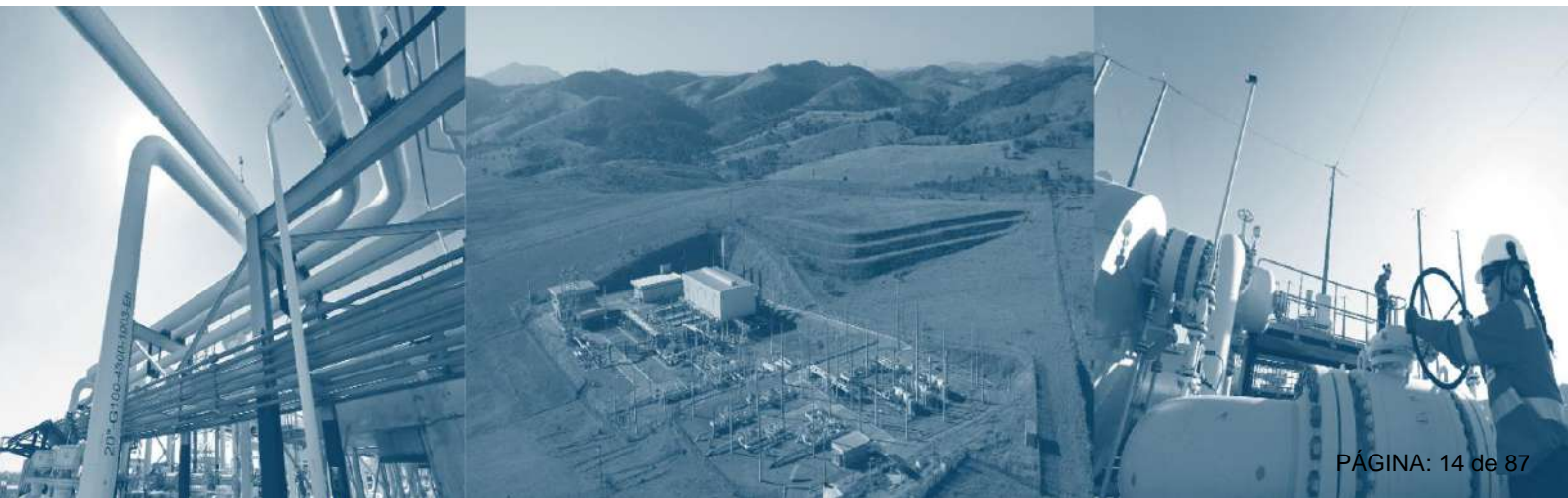
DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.252.056	3.075.057	3.059.674
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	41.439	87.318
7.08.04.02	Dividendos	1.961.915	2.262.838	2.304.928
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.290.141	770.780	667.428

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE
S.A. - NTS**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
2023**





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sumário

1.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
1.1	DESTAQUES COMERCIAIS E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS	4
1.2	DESTAQUES FINANCEIROS	5
2.	A NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE - NTS	6
2.1	NOSSO NEGÓCIO	6
2.2	VOLUME TRANSPORTADO	6
2.3	CONTRATOS DE TRANSPORTES VIGENTES	7
2.4	A OPERAÇÃO	7
2.5	AGENDA ESG	8
3.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	9
3.1	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9
3.2	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	10
3.3	LUCRO BRUTO	10
3.4	DESPESAS OPERACIONAIS	11
3.5	LUCRO OPERACIONAL	12
3.6	RESULTADO FINANCEIRO	12
3.7	RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	12
3.8	IRPJ E CSLL	13
3.9	LUCRO LÍQUIDO	13
3.10	EBITDA	13
3.11	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	13
3.12	DIVIDENDOS E JUROS DE CAPITAL	14
3.13	AUDITORES INDEPENDENTES	14
3.14	RATING	14
3.15	EVENTOS SUBSEQUENTES A 31/12/2023	15



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2023, a NTS reiterou seu firme compromisso com o desenvolvimento e expansão da infraestrutura de gasodutos do país, concluindo a construção do GASIG, gasoduto de 11 km que interliga Itaboraí a Guapimirim e viabilizando a injeção adicional no sistema de até 18 Mm³/dia de gás natural oriundo da rota 3 do pré-sal. O GASIG é o primeiro duto de transporte construído no Brasil desde 2010. Mantivemos nosso foco e recursos na busca da excelência operacional, investindo aproximadamente R\$ 180 milhões na integridade e modernização de nossos ativos e na segurança dos nossos colaboradores.

No plano financeiro, nosso desempenho evidenciou mais uma vez a previsibilidade e solidez dos resultados da companhia, com geração de caixa robusta medida por EBITDA de R\$ 6,8 bilhões, crescimento de 9% em relação ao ano anterior, majoritariamente explicado pela indexação à inflação de nossas receitas. Neste contexto, a alavancagem financeira da companhia, medida pela relação Dívida Líquida/EBITDA, caiu para 1,4x, evidenciando a capacidade e prontidão da Companhia para protagonizar o desenvolvimento da infraestrutura de gasodutos do país.

Reforçando seu papel essencial na expansão da rede de transporte de gás natural do país, a Companhia firmou Memorandos de Entendimento (MoU) com potenciais clientes para a implantação de infraestrutura de transporte e injeção de biometano em sua rede de dutos. Paralelamente, está em andamento o estudo técnico do projeto de ampliação da rede de gasodutos na região de Extrema, situado no Estado de Minas Gerais, como parte da estratégia de fortalecimento industrial regional. Além disso, a Companhia iniciou os estudos de engenharia conceitual para viabilizar a futura conexão dos campos Raio Manta e Raia Pintada (Antigo BM-C 33) à sua rede de transporte. Essas iniciativas são fundamentais para expandir a capacidade do sistema e atender às exigências da dinâmica do mercado.

Outro marco notável é o avanço da nova Estação de Compressão de Japeri. O projeto de reforço da malha de transporte foi concebido para mitigar o impacto da redução da oferta de gás da Bolívia (redução esta veiculada pela imprensa), substituindo tal volume por gás natural nacional do pré-sal. Concluídas as engenharias conceitual e básica, toda a documentação técnica foi submetida ao órgão regulador (ANP) e aguarda deferimento.

Em sua jornada de implementação do Plano ESG, ao longo do ano, a Companhia desencadeou iniciativas que terão impactos relevantes. Dentre estas, destaca-se a obtenção da tripla certificação nas normas de qualidade (ISO 9001), gestão ambiental (ISO 14001) e segurança (ISO 45001). Paralelamente, a Companhia concluiu a elaboração do primeiro inventário de gases do efeito estufa, estabelecendo um importante marco no monitoramento e gestão de suas emissões ambientais. Além disso, o plano de descarbonização, contemplando meta de redução de emissões, foi aprovado pela Diretoria Executiva, tendo sua implementação se iniciado ainda em 2023. Neste contexto, a Companhia reduziu aproximadamente 45% do volume do gás de purga¹ na Estação de Compressão de Campos Elíseos, representando um passo importante rumo a seu compromisso de redução de emissão de metano. Tal solução será estendida para outras 3 estações de compressão em 2024, demonstrando sua determinação em promover práticas empresariais cada vez mais sustentáveis.

Destaque-se ainda no quesito social que, no exercício, a companhia investiu R\$ 33,5 milhões em 36 projetos sociais focados em educação, saúde, cultura e esportes nas comunidades onde atua.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

¹ Gás ventado continuamente na atmosfera como mecanismo de segurança presente nas Estações de Compressão. A companhia executou um projeto que possibilitou a diminuição do gás ventado sem alterar o grau de segurança do ativo.

1.1 DESTAQUES COMERCIAIS E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

Desde a abertura do mercado de gás natural em 2021, uma série de estudos foi conduzida com o intuito de identificar os principais desafios da indústria de gás natural e mapear as oportunidades para expandir de modo eficiente a infraestrutura do setor. O equilíbrio entre os fluxos de oferta e demanda requer investimentos adicionais em capacidade de transporte de gás natural, dado o notável crescimento na produção nacional de gás, especialmente na região Sudeste, ao mesmo tempo em que se observa uma redução nas importações de gás natural da Bolívia.

Diante dessa necessidade premente de adequar a malha de transporte para atender tanto às demandas atuais quanto às futuras, destacamos abaixo as principais realizações da NTS ao longo do último ano:

Gasoduto GASIG: Conclusão da construção do primeiro gasoduto de transporte construído desde 2010, sendo um duto de aproximadamente 11km que conecta o polo Gaslub (antigo Comperj). Em 2023 o projeto foi concluído, sua licença operacional obtida assim como a Autorização prévia de Operação e a chamada pública iniciada. Além disso, o projeto foi reconhecido como estratégico para o Estado do Rio de Janeiro.

Estação de Compressão Japeri: Conclusão de projeto básico para construção de uma estação de compressão no Estado do Rio de Janeiro que permite aumentar o fluxo de gás entre os estados de Rio de Janeiro e São Paulo visando reforçar o suprimento de gás para região. A Companhia já adquiriu direito de posse sobre o imóvel onde a estação de compressão será construída e está em fase final para obtenção da licença ambiental única (LAU) para o projeto. O projeto também foi reconhecido como estratégico para o Estado do Rio de Janeiro.

Gasoduto GASINF: Memorando de Entendimentos (MoU) assinado com a empresa Gás Natural Açú (GNA) para elaboração de estudo técnico a nível de engenharia conceitual e básica para analisar viabilidade da construção de um gasoduto de aproximadamente 100Km conectando o polo de gás do Porto do Açú, situado no Estado do Rio de Janeiro, ao gasoduto GASDUC III.

Ponto de Recebimento Biometano: Memorando de Entendimentos (MoU) assinado com a empresa Urca Energia para elaboração de estudo técnico a nível de engenharia conceitual e básica para analisar viabilidade da construção de um ponto de recebimento do gás à rede da NTS.

Gasoduto Extrema: Memorando de Entendimentos (MoU) assinado com a Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG) para elaboração de estudo técnico a nível de engenharia conceitual e básica para analisar viabilidade da construção de um gasoduto de transporte de aproximadamente 25Km planejado para interligar o gasoduto Campinas-Rio (GAS-CAR) a região de Extrema, localizado no Estado de Minas Gerais.

Em um avanço notável na busca por oportunidades de crescimento e valorização, a Companhia reforça seu compromisso com a segurança energética nacional. O anúncio do novo



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destaca alguns dos projetos considerados no portfólio da companhia, que contemplam a necessidade de construção de mais de 300 km de gasodutos e a duplicação da capacidade de compressão atual nas regiões Sul do Rio de Janeiro e Norte de São Paulo, na malha da NTS, como forma de reduzir a dependência de GNL e gás importado da Bolívia, monetizando o gás nacional do pré-sal e todas as externalidades positivas a isso associadas.

Essas iniciativas destacadas representam um marco significativo na expansão e fortalecimento da infraestrutura de transporte de gás natural nessas regiões estratégicas. Além de contribuir para a segurança energética do país, tais investimentos fomentam o desenvolvimento socioeconômico regional. Ao comprometer-se com o crescimento sustentável e a resiliência do setor energético nacional, a Companhia demonstra sua visão de longo prazo e seu papel fundamental na construção de um futuro energético mais robusto e confiável para o país.

1.2 DESTAQUES FINANCEIROS

Ao longo do ano, a Companhia obteve resultados financeiros de destaque. A receita líquida atingiu a marca de R\$ 7,4 bilhões, representando um aumento de 8,5% em relação ao ano anterior, principalmente devido à correção monetária de seus contratos de transportes de gás longo-prazo (GTA).

O lucro líquido, por conseguinte, registrou crescimento no período, alcançando R\$ 3,3 bilhões em 2023, um aumento de 5,8% em comparação com o ano de 2022, refletindo o aumento da receita e de custos necessários à capacitação da companhia para abertura e desenvolvimento do mercado.

No ano, os investimentos totalizaram aproximadamente R\$ 180 milhões, majoritariamente focados em projetos dedicados à integridade, modernização de ativos e segurança de suas operações. Além disso, uma parte desses recursos foi destinado para iniciativas de expansão, incluindo a conclusão bem-sucedida do gasoduto GASIG.

A sólida performance financeira possibilitou a distribuição de dividendos aos acionistas, totalizando aproximadamente R\$ 2,8 bilhões no ano de 2023.

Por fim, destacando a robustez do modelo de negócios da Companhia, a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (“Fitch”) manteve inalterado o rating corporativo nacional de longo prazo em “AAA (bra)”, com perspectiva estável.

Erick Pettendorfer
Diretor Presidente

Alex Monteiro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. A NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE - NTS

2.1 NOSSO NEGÓCIO

A NTS é uma das principais transportadoras de gás natural do país. Com uma malha de mais de 2 mil Km, a empresa é responsável pelo transporte de cerca de 50% do gás natural comercializado no Brasil.

Localizados na região economicamente mais relevante do país, que concentra 51% do PIB e centro da demanda nacional, seus ativos possuem forte interligação conectando-se à produção nacional proveniente, sobretudo, das bacias de Campos e Santos, ao gasoduto Bolívia-Brasil, de propriedade da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e da região nordeste do Brasil, de propriedade da Transportadora Associada de Gás (TAG), além do terminal de GNL da Baía da Guanabara, de propriedade da Petrobras.



Ao longo da malha, a NTS possui 8 pontos de recebimento e 46 pontos de entrega com 4 pontos de interconexão.²

A Companhia opera em regime de autorização por prazo indeterminado e com 100% da capacidade contratada em 5 contratos comerciais de longo-prazo na modalidade ship-or-pay (GTAs), receita previsível e indexada à inflação. Atualmente, parte da capacidade está contratada através de outras modalidades. O primeiro contrato tem vencimento em dezembro 2025 e os demais em 2030 e 2031.

Com o objetivo contínuo de ajustar seu modelo de negócio às exigências e demandas da indústria, a NTS oferece três tipos distintos de serviços: o Serviço de Transporte Firme (STF), o Serviço de Transporte Extraordinário (STE) e o Serviço de Transporte Interruptível (STI). É importante ressaltar que o Serviço de Transporte Firme (STF) representa quase a totalidade da receita da Companhia e é amparado por contratos comerciais de longo prazo (GTAs), conforme mencionado anteriormente. Esses serviços foram concebidos para atender às diversas demandas dos clientes da NTS, proporcionando flexibilidade e confiabilidade em suas operações de transporte de gás natural.

2.2 VOLUME TRANSPORTADO

Aproximadamente 50% da demanda de gás natural do estado de São Paulo é atendida diretamente pela malha da NTS. Adicionando-se a demanda dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, atinge-se um total de quase dois terços da demanda do mercado nacional.

No ano de 2023, a média de volume entregue pela NTS foi de aproximadamente 25,8 milhões m³/dia, comparado a 29,1 milhões m³/dia em 2022. A pequena redução entre os anos decorre do baixo despacho térmico ocorrido no período, refletindo o regime hídrico favorável dos últimos 2 anos.

² Dados incluem projeto GASIG



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.3 CONTRATOS DE TRANSPORTE VIGENTES

A relação comercial entre uma transportadora de gás e seus clientes, denominados carregadores, é regida por Contratos de Serviço de Transporte de Gás Natural (GTAs), regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Cada um dos GTAs refere-se a um gasoduto ou conjunto de gasodutos do sistema de transporte da NTS.

Ao longo de 2023, não houve nenhum evento que alterasse a capacidade firme contratada nos GTAs celebrados pela Companhia para efeito de cálculo da receita anual da NTS. Na tabela abaixo há por contrato, a capacidade de transporte contratada e a movimentação média por dia.

Contrato	Movimentação média (MM m³/dia)		Vencimento
	2023	2022	
Malha Sudeste	24,1	25,9	31/12/2025
Malha Sudeste II	1,2	1,7	14/10/2031
GASDUC III	10,0	10,1	11/11/2030
GASTAU	12,0	13,3	30/11/2031
Paulínia – Jacutinga	0,2	0,2	14/01/2030
Total			

Dando continuidade à abertura do mercado, em 2023 a NTS celebrou contratos comerciais na modalidade firme com 4 novos clientes. Ao todo, foram celebrados 67 contratos, abrangendo vigências anuais, mensais e diárias. Tal diversificação na duração dos contratos reflete a adaptabilidade da empresa às necessidades variadas dos seus clientes e consolida sua presença no mercado, fortalecendo sua posição como provedor de solução de logística no setor de transporte de gás natural

2.4 A OPERAÇÃO

Após 2 anos liderando 100% as atividades de operação e manutenção dos seus ativos, a NTS progrediu consideravelmente em suas realizações e índices de eficiência do negócio. Em 2023, a Companhia aprimorou seus resultados e implementou ações essenciais para garantir a continuidade na entrega de gás, mantendo um foco central em seus clientes. Houve uma melhora significativa nos indicadores de segurança, com a taxa de acidentes registráveis de apenas 0,4 no período e sem qualquer incidente com alto impacto às pessoas, às comunidades ou ao meio ambiente. A maior conscientização dos colaboradores a partir de campanhas, treinamento e auditoria de campo estimulou a percepção dos riscos existentes e permitiu o encerramento de 2023 com apenas uma ocorrência de acidentes de alto risco, além disso, a atuação com foco em medidas preventivas possibilitou que o ano 2023 transcorresse sem falhas operacionais.

Com essa visão, foi possível minimizar os possíveis impactos e ampliar nossas ações de preservação da malha, com um total de 37 pontos de testes de corrosão sob tensão



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

realizados durante o ano e 100% dos tubos trabalhados em ações de mitigação de incidentes em torno das faixas de dutos.

No âmbito de seus projetos, foram concluídas a revitalização e a integridade de túneis (GASTAU e GASDUC) que atuam como rota de recebimento de gás do pré-sal na malha, realizadas melhorias nos ativos e promovidas 8 campanhas de inspeções com lançamento de PIG (ferramenta de manutenção, limpeza e prevenção dos dutos).

Desde a internalização das operações, a NTS concentrou seus esforços na implementação e aprimoramento de processos e sistemas. Essa abordagem resultou em avanços significativos em todas as áreas, incluindo a implementação bem-sucedida da primeira fase do projeto de automação dos processos, desde a requisição até a programação do gás. Além disso, a empresa obteve a tripla certificação (9001, 14001, 45001), reforçando seu compromisso com a qualidade, saúde, segurança e meio ambiente.

2.5 AGENDA ESG

O ano de 2023 foi marcado pelo avanço na política ESG alinhada à estratégia de negócio da Companhia, estruturação de planos, definição de metas e estabelecimento de compromissos futuros, com destaque para o tema de descarbonização.

Neste ano, a NTS estabeleceu ações com base em nove pilares de atuação, sendo eles:



1. Gestão de Recursos Naturais
2. Resíduos, Efluentes e Emissões
3. Mudança Climática
4. Biodiversidade e Desmatamento
5. Relacionamento com Colaboradores
6. Relacionamento com Comunidade
7. Relacionamento com Fornecedores
8. Integração ESG à Estratégia
9. Transparência e Gestão

Visando o reconhecimento como uma empresa de classe mundial pela excelência na gestão do transporte de gás natural, a Companhia concentrou seus esforços em contribuir para a questão ambiental. Isso incluiu a elaboração do primeiro inventário de gases do efeito estufa considerando os escopos 1 e 2. Adicionalmente, a Companhia estabeleceu metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e aprovou um plano de descarbonização.

Pelo quarto ano consecutivo, a Companhia divulgou seu Relatório de Sustentabilidade, aderindo às principais diretrizes internacionais de reporte e gestão. Isso reafirma o compromisso da NTS com o público e a transparência, fornecendo informações detalhadas sobre os destaques do ano, geração de valor e principais resultados.

No pilar de relacionamento com colaboradores, o programa de diversidade estabeleceu um plano para aumentar a contratação de lideranças femininas e trabalhar em indicadores de diversidade, saúde e segurança, visando ampliar a inclusão de grupos socialmente minorizados. Durante o ano a participação de mulheres na Companhia registrou um crescimento de 18%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Uma nova pesquisa de clima organizacional permitiu à empresa identificar pontos de melhoria, e pelo terceiro ano consecutivo a NTS foi certificada pelo *Great Place to Work*², com evolução principalmente nas questões de diversidade e inclusão.

Paralelamente, a NTS incentivou o desenvolvimento socioeconômico das comunidades próximas aos seus ativos, reforçando seu compromisso com a responsabilidade social e ambiental com investimentos da ordem de R\$ 33,5 milhões em 36 projetos distintos. Essas iniciativas refletem o compromisso da Companhia em se destacar não apenas como líder no setor, mas também como uma organização que valoriza a sustentabilidade, a diversidade e o bem-estar de seus colaboradores e comunidades vizinhas.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Relatório da Administração da Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS (“NTS” ou “Companhia”) referente ao ano de 2023 considerando o período findo em 31/12/2023, comparado ao ano de 2022, traz os seguintes destaques:

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Receita Operacional Líquida	7.353.021	6.777.519	8,5%	575.502
Custo dos Serviços Prestados	(1.014.145)	(833.752)	21,6%	(180.393)
Lucro Bruto	6.338.876	5.943.767	6,6%	395.109
Receita (Despesa) Operacional, Líq..	18.864	(113.318)	-116,6%	132.182
Lucro Operacional	6.357.740	5.830.449	9,0%	527.291
Resultado Financeiro Líquido	(1.503.142)	(1.222.909)	22,9%	(280.233)
Resultado antes dos Impostos	4.854.598	4.607.540	5,4%	247.058
IRPJ e CSLL Total	(1.602.543)	(1.532.483)	4,6%	(70.060)
Lucro Líquido do Período	3.252.056	3.075.057	5,8%	176.999

3.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No total do ano de 2023, a NTS registrou Receita Operacional Líquida de R\$ 7.353 milhões, 8,5% acima quando comparado aos R\$ 6.777 milhões registrados em 2022.

Parte preponderante da variação entre os anos é explicada por efeitos macroeconômicos, dado que a indexação anual ponderada dos 5 Contratos de Transporte de Gás (GTAs) pelo IGP-M foi de aproximadamente 6%, responsáveis por gerar a maior parte da receita. Neste período, houve também a entrada de receitas não recorrentes, oriundas de otimizações fiscais e contratos de serviço de transporte interruptíveis, juntamente com a receita de gás de balanceamento, sem impacto no resultado, por seu conceito de neutralidade para o transportador.

O faturamento não sofreu impacto material por variações no volume médio transportado, uma vez que os GTAs garantem ao transportador previsibilidade e estabilidade da receita, que é calculada com base na capacidade de transporte contratada.

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Receita Operacional Líquida	7.353.021	6.777.519	8,5%	575.502
Receita Operacional Líquida	7.210.209	6.757.431	6,7%	452.778
Gás de Balanceamento Líquido ¹	142.812	20.088		122.724

¹ Valor considerado líquido de alíquota de 9,25% referente a PIS/COFINS



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

² GPTW é uma consultoria global que apoia organizações a obter melhores resultados e através de sua certificação, credenciam aquelas companhias que se destacam como ótimos locais para se trabalhar.

3.2 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em 2023, o Custo dos Serviços Prestados atingiu R\$ 1.014 milhão, equivalendo a 13,8% da receita líquida, enquanto em 2022 somou R\$ 833 milhões, ou 12,3% da Receita Operacional Líquida. A variação de R\$ 180 milhões é explicada em sua maior parte pela despesa com contratos de balanceamento de gás, que representaram um acréscimo de R\$ 122 milhões, custo que é repassado integralmente ao sistema, conforme mencionado no tópico anterior.

Os demais componentes do Custo dos Serviços Prestados que avançaram durante o ano representam R\$ 58 milhões e referem-se principalmente aos seguintes eventos:

- (i) R\$ 18 milhões: depreciação e amortização decorrente de comissionamento de novos investimentos realizados pela Companhia
- (ii) R\$ 18 milhões: custos com estudos e projetos, retorno de dispêndios administrativo nas bases operacionais e maior despesas com viagens e treinamento, fruto do regime 100% presencial desde meados de 2022.
- (iii) R\$ 12 milhões: custos diversos com serviços de operação, manutenção e aquisição de peças sobressalentes.
- (iv) R\$ 8 milhões: custos incorridos com seguros, serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais
- (v) R\$ 2 milhões: custos incorridos com atualização de contrato de conservação de faixa

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Total Custo do Serviço Prestado	(1.014.145)	(833.752)	21,6%	(180.393)
<i>Custo do serviço prestado</i>	(871.509)	(813.664)	7,1%	(57.845)
<i>Gás de Balanceamento</i>	(142.636)	(20.088)		(122.548)
% Sobre a Receita Operacional Líquida	-13,8%	-12,3%	-1,5 pp	

3.3 LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto apurado no ano de 2023 foi de R\$ 6.338 milhões com expansão de 6,8% em relação ao ano anterior e em linha com os impactos macroeconômicos destacados anteriormente. A margem bruta apresentou uma pequena redução de 1,5 p.p. entre os anos.

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Lucro Bruto	6.338.876	5.943.767	6,6%	395.109
Margem Bruta %	86,2%	87,7%	-1,5 pp	



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.4 DESPESAS OPERACIONAIS

No ano de 2023, as Despesas Operacionais da Companhia totalizaram R\$ 18,8 milhões positivos (incluindo créditos fiscais extraordinários), representando 0,3% da receita líquida, uma melhora de 1,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

No decorrer do ano, a Companhia registrou receitas oriundas de otimizações fiscais e indenizações no montante de R\$ 137 milhões.

Em relação às despesas, reforçando o compromisso da companhia em apoiar o desenvolvimento cultural, profissional e educacional das comunidades instaladas nas proximidades de seus ativos, tal variação foi incrementada em R\$ 7 milhões referente a verbas direcionadas a projetos e programas sociais.

Despesas relacionadas a pessoal tiveram um aumento de 15,5% em relação ao ano anterior, sendo parte das internalizações ocorridas no período. Além disso, em 2022, ocorreram apropriações de crédito de PIS/COFINS no total de R\$ 5 milhões para despesas com escritórios e expurgando esse montante, a variação desta linha em relação a 2023 se torna praticamente nula. Custos com assessoria jurídica e contábil registraram um incremento na ordem de R\$ 2 milhões, principalmente no que tange a despesas legais, em função de processo de arbitragem.

Em contrapartida, a Companhia incorreu em variações positivas decorrentes de indenizações retroativas referentes a temas tributários (variação de aproximadamente R\$ 7 milhões) e contingência trabalhista (variação de R\$ 9 milhões).

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Total	18.864	(113.318)	-116,6%	132.182
% sobre a Receita Operacional Líquida	0,3%	-1,7%	2,0 pp	
Receitas (Despesas) Operacionais	136.995	-	-	136.995
% sobre a Receita Operacional Líquida	1,9%	-	1,9 pp	
Despesa Geral e Administrativa	(118.131)	(113.318)	4,2%	(4.813)
<i>Patrocínios</i>	<i>(33.186)</i>	<i>(26.219)</i>	26,6%	<i>(6.967)</i>
<i>Despesas com pessoal</i>	<i>(45.952)</i>	<i>(39.782)</i>	15,5%	<i>(6.170)</i>
<i>Despesas com escritório e outras</i>	<i>(11.912)</i>	<i>(6.001)</i>	98,5%	<i>(5.911)</i>
<i>Assessoria Jurídica</i>	<i>(6.952)</i>	<i>(5.045)</i>	37,8%	<i>(1.907)</i>
<i>Consultoria</i>	<i>(4.781)</i>	<i>(3.775)</i>	26,6%	<i>(1.006)</i>
<i>Manutenções de licenças</i>	<i>(3.642)</i>	<i>(3.529)</i>	3,2%	<i>(113)</i>
<i>Assessoria contábil</i>	<i>(2.208)</i>	<i>(2.130)</i>	3,7%	<i>(78)</i>
<i>Serviços contratados</i>	<i>(438)</i>	<i>(492)</i>	-11,1%	<i>54</i>
<i>Aluguéis e taxas</i>	<i>(1.238)</i>	<i>(1.318)</i>	-6,1%	<i>80</i>
<i>Auditoria</i>	<i>(1.633)</i>	<i>(1.771)</i>	-7,8%	<i>138</i>
<i>Recrutamento e seleção</i>	<i>(813)</i>	<i>(1.329)</i>	-38,8%	<i>516</i>
<i>Indenizações recebidas</i>	<i>-</i>	<i>(6.917)</i>	-100,0%	<i>6.917</i>
<i>(Provisão) / Reversão de contingência</i>	<i>(5.376)</i>	<i>(15.010)</i>	-64,2%	<i>9.634</i>
% sobre a Receita Operacional Líquida	-1,6%	-1,7%	0,1 pp	



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.5 LUCRO OPERACIONAL

O Lucro Operacional acumulou R\$ 6.357 milhões durante o ano, representando uma margem operacional de 86,5% da Receita Operacional Líquida, ligeiramente superior ao 86,0% apurados no período comparativo.

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Lucro Operacional	6.357.740	5.830.449	9,0%	527.291
% sobre a Receita Operacional Líquida	86,5%	86,0%	0,4 pp	

3.6 RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro da companhia apurado em 2023 foi negativo em R\$ 1.503 milhões, comparado a, também negativos, R\$ 1.222 milhões em 2022. Tal resultado é consequência do aumento da taxa de juros que indexa os contratos de dívida da Companhia, todos eles atrelados ao CDI.

Tanto as debentures quanto as notas comerciais possuem remuneração atrelada ao CDI, assim como os empréstimos em moeda estrangeiras, via derivativos, apresentam seu custo final indexado ao CDI.

Além do impacto dos fatores mencionados acima, no 2º semestre do ano comparado ao 2º semestre do ano anterior houve o impacto de volume menor de caixa, em especial devido a maior distribuição de dividendos e redução de capital ocorridos no período.

As despesas financeiras do período também são reflexo das condições acima e incluem ainda R\$ 21 milhões relativos à atualização monetária sobre os dividendos declarados do 4º trimestre de 2022, pela taxa SELIC aplicada no período compreendido entre 31 de dezembro de 2022 e a data do efetivo pagamento dos dividendos em abril de 2023.

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Resultado Financeiro Líquido	(1.503.142)	(1.222.909)	22,9%	(280.233)
Receita Financeira	259.126	296.785	-12,7%	(37.659)
Despesa Financeira	(1.762.268)	(1.519.694)	16,0%	(242.574)

3.7 RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS

A Companhia apurou resultado antes dos impostos no valor de R\$ 4.854 milhões no ano de 2023, resultado superior ao totalizado em 2022 devido à variação supracitada em suas Receitas. Em pontos percentuais, porém, representa uma pequena redução no percentual sobre a receita líquida em 2,0 pontos percentuais decorrente do aumento das despesas financeiras da Companhia, conforme identificado no tópico anterior.

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Resultado antes dos Impostos	4.854.598	4.607.540	5,4%	247.058
% sobre a Receita Operacional Líquida	66,0%	68,0%	-2,0 pp	



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.8 IRPJ E CSLL

O montante de IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos apurado para 2023 totalizou R\$ 1.602 milhões, ante o total de R\$ 1.532 milhões no ano anterior. A alíquota aumentou 0,3 pontos percentuais, atingindo 33,3% no período, permanecendo praticamente inalterada entre os exercícios analisados.

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
IRPJ e CSLL Total	(1.602.543)	(1.532.483)	4,6%	(70.060)
% sobre Resultado antes dos Impostos	-33,0%	-33,3%	0,3 pp	
IRPJ e CSLL Correntes	(1.685.983)	(1.621.243)	4,0%	(64.740)
% sobre Resultado antes dos Impostos	-34,7%	-35,2%	0,5 pp	
IRPJ e CSLL Diferidos	83.440	88.760	-6,0%	(5.320)
% sobre Resultado antes dos Impostos	1,7%	1,9%	0,2 pp	

3.9 LUCRO LÍQUIDO

Em 2023, a NTS registrou Lucro Líquido de R\$ 3.252 milhões, resultado equivalente a 44,2% da receita líquida e R\$ 177 milhões superior ao montante de R\$ 3.075 milhões em 2022. A variação deve-se principalmente ao aumento do lucro operacional já analisado previamente.

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Lucro líquido do período	3.252.056	3.075.057	5,8%	176.999
% Margem Lucro Líquido	44,2 %	45,4%	-1,2 pp	

3.10 EBITDA

A companhia encerrou o ano de 2023 com um EBITDA de R\$ 6.800 milhões, comparáveis ao total de R\$ 6.255 milhões em 2022. A margem EBITDA se mostrou praticamente inalterada entre períodos, atingindo 92,5% ante 92,3% em 2022.

Em milhares de Reais	2023	2022	Δ%	Δ
Lucro Líquido	3.252.056	3.075.057	5,8%	176.999
IR e Contribuição Social	1.602.543	1.532.483	4,6%	70.060
Resultado Financeiro	1.503.142	1.222.909	22,9%	280.233
Depreciação e Amortização	442.842	424.850	4,2%	17.992
EBITDA	6.800.582	6.255.299	8,7%	545.283
Margem EBITDA %	92,5 %	92,3%	0,2 pp	

3.11 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Em 31/12/2023, o Ativo Imobilizado registrou o montante de R\$ 7.5 bilhões, valor próximo ao registrado em 31/12/2022.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O endividamento bruto fechou o ano de 2023 no patamar de R\$ 9,5 bilhões, valor inferior ao saldo de 31/12/2022 em R\$ 0.9 milhões, principalmente devido à recompra de parte da sua dívida na 3ª emissão de debêntures e movimento esse também refletido na redução de caixa no período.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 12 de janeiro de 2023, a Companhia aprovou a redução do Capital Social no montante de R\$ 300 milhões mediante restituição de capital aos acionistas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social devidamente refletida em seus demonstrativos financeiros após anuência da ANP.

Em milhares de Reais	31/12/2023	31/12/2022	Δ%	Δ
Endividamento				
Dívida Bruta	11.348.686	12.217.500	-7,1%	(868.814)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	318.839	167.100	90,8%	151.739
Caixa	(2.064.694)	(2.294.317)	-10,0%	229.623
Dívida Líquida	9.602.831	10.090.283	-4,8%	(487.452)

3.12 DIVIDENDOS E JUROS DE CAPITAL

Para 2023, a distribuição em dividendos totalizou aproximadamente R\$ 2.8 bilhões. Em março a Companhia distribuiu R\$ 830 milhões em dividendos e R\$ 21 milhões em atualização monetária sobre dividendos declarados.

Em julho houve a distribuição no valor de R\$ 1.530 milhões e no mês de setembro distribuição no valor de R\$ 431 milhões.

3.13 AUDITORES INDEPENDENTES

Os auditores externos independentes estão contratados exclusivamente para a prestação de serviços de auditoria externa independente, cuja contratação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em reunião realizada em 05 de abril de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., em substituição à empresa responsável pela auditoria independente da Companhia, a Ernst & Young Auditores Independentes S.A. ("EY").

A substituição do auditor independente foi realizada em função da iminência da obrigação legal de rodízio prevista no art. 31 da RCV 23, e EY anuiu expressamente com tal alteração.

3.14 RATING

A NTS possui rating corporativo nacional de longo prazo e rating da quinta emissão de debêntures da Companhia "AAA (bra)", com manutenção da perspectiva estável, emitido pela agência classificadora de risco de crédito Fitch Ratings. O relatório da Fitch está disponível para consultas em <https://ri.ntsbrasil.com>



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.15 EVENTOS SUBSEQUENTES A 31/12/2023

6ª emissão de debêntures

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2024, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição destinada a investidores profissionais, no valor total de R\$ 8.000.000, com vencimento em 15 de fevereiro de 2029 (primeira série), em 15 de fevereiro de 2031 (segunda série) e em 15 de fevereiro de 2034 (terceira série). As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de spread equivalente a 1,20% ao ano, 1,40% ao ano e 1,70% ao ano, respectivamente.

As debêntures têm como data de emissão o dia 15 de fevereiro de 2024 e foram integralizadas em 16 de fevereiro de 2024.

As debêntures possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes.

Lei nº 14.789/2023 e a mudança na tributação dos benefícios fiscais (subvenções)

Em 29 de dezembro de 2023, a Lei 14.789/2023 que altera as regras de tributação de incentivos fiscais entrou em vigor, esta dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico, altera as Leis nº 9.249/1995, 14.592/2023, e 14.754/2023, além de revogar dispositivos do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis nº 10.637/2002, 10.833/2003, e 12.973/2014. Conforme Artigo 22, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

O impacto da tributação do IRPJ/CSLL e PIS/COFINS sobre o crédito presumido de ICMS está em avaliação pela NTS devido a ação judicial pendente de julgamento onde a NTS defende a inconstitucionalidade da União tributar benefícios fiscais concedidos pelos Estados. Neste sentido e em linha com a orientação jurídica, a Companhia avaliou que a discussão judicial inaugurada ainda no contexto legislativo anterior segue válida e mostra-se capaz de suportar o questionamento sobre a tributação pelo IRPJ e CSLL do crédito presumido outorgado pelo Convenio ICMS 106/96, sendo fundamentada em preceitos constitucionais.

Aquisição de títulos emitidos

Em reunião realizada em 31 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de títulos emitidos por entidades com participação direta ou indireta na Companhia (“Notas”), no montante total de até R\$ 8.600.000 (“Operação”). As Notas terão colocação privada, com remuneração prevista entre CDI + 2% a.a e CDI + 2,50% a.a., conforme respectivos prazos de vencimento, entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos. A



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

remuneração prevista das Notas está adequada às características da Operação, aos custos de captação da Companhia e apresenta taxas compatíveis com títulos e valores mobiliários disponíveis no mercado, preservando sua liquidez e solidez financeira, além de assegurar remuneração competitiva de seu caixa.

Lei do Bem – Divulgação parecer técnico 2021

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) divulgou o parecer técnico do formulário da Lei do Bem da NTS referente ao ano calendário de 2021 no dia 19 de fevereiro de 2024, onde encontram-se declaradas para análise técnica da SETEC/MCTI, as Atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica de pessoa jurídica beneficiária dos incentivos fiscais previstos conforme a Lei. A conclusão entregue pelo MCTI determina que não sejam recomendadas as atividades de P,D&I para o ano-base 2021, de forma que a NTS não atendeu o disposto no Capítulo III, da Lei nº 11.196/2005, e no Decreto nº 5.798/2006.

A Administração avalia que os projetos reportados possuem embasamento técnico para a Lei do Bem baseado nos critérios dispostos na Lei e sendo assim, levantará as informações necessárias para a resposta técnica ao MCTI. De toda forma e considerando este fato novo, a Companhia optou por reconhecer provisão para perda para os créditos fiscais reconhecidos de R\$ 8.080, considerando a incerteza na perspectiva de recuperação de tais valores.

Ação judicial - Penalidade aplicada pela ANP

Em 23/02/2024 a Companhia moveu ação judicial de tutela cautelar contra a ANP com o intuito de suspender a exigibilidade da multa aplicada pelo Órgão Regulador, resultante de procedimento de fiscalização no qual a ANP concluiu que a NTS teria descumprido a regulamentação técnica relacionada ao sistema de transferência de custódia de uma de suas instalações. A ação foi movida mediante apresentação de seguro garantia considerando o valor atualizado da multa acrescido de 30% de encargos legais (R\$672), para garantir o juízo e impedir a inscrição do referido débito no CADIN ou em qualquer cadastro restritivo de crédito, de forma que a NTS pudesse exercer plenamente suas atividades empresariais, tendo em vista que ainda será discutida em ação judicial própria a legalidade da decisão condenatória da ANP. Em 27/02/2024 foi deferida a tutela para que não haja a inscrição do débito no CADIN e seja expedida a certidão positiva com efeito de negativa em benefício da NTS, permitindo o prosseguimento de sua atividade empresarial.

Distribuição de dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2024 foi aprovada, por unanimidade e sem ressalvas, a distribuição de dividendos pela Companhia no valor total de R\$ 1.206.494, com base em parecer favorável do Conselho Fiscal, a serem pagos até o final de março de 2024.

Notas Explicativas

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Nova Transportadora do Sudeste S.A. (“NTS” ou “Companhia”) é uma empresa que atua como autorizatária do poder público federal na operação de transporte de gás natural, através de malha de gasodutos distribuída entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Constituída em 15 de janeiro de 2002, como subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás - teve como objetivo a construção, instalação, operação e manutenção de gasodutos na região sudeste do Brasil.

Em setembro de 2016, a Petrobras anunciou ao mercado a operação de venda de 90% das ações por ela detidas na NTS para o Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP”), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., entidade afiliada à Brookfield Asset Management.

Em 4 de abril de 2017, a operação de venda da NTS foi concluída com a aquisição pelo FIP de 90% das ações da NTS e com a subsequente venda pelo FIP, na mesma data, de 7,65% das suas ações na NTS para a Itaúsa S.A. (“ITAUSA”).

Em 30 de abril de 2021, foi concluída a compra da totalidade das ações detidas pela Petrobras, correspondente a 10% do capital social da Companhia, pela Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. (“NISA”), sociedade que tinha como acionistas os acionistas controladores da Companhia, o FIP e a ITAUSA. Em 16 de dezembro de 2021, os acionistas FIP e ITAUSA realizaram aporte de acervo líquido na NISA via transferência de 741.916.697 (setecentos e quarenta e uma milhões, novecentos e dezesseis mil e seiscentos e noventa e sete) ações, correspondente à 32,09% do total das ações da Companhia.

Os gasodutos de transporte correspondem a dutos, integrantes ou não de um sistema de transporte de gás natural, destinados à movimentação de gás natural ou à conexão de fontes de suprimento, conforme os critérios estabelecidos na Nova Lei do Gás abaixo mencionada, podendo incluir complementos e componentes, nos termos da regulação da ANP.

A principal atividade exercida pela Companhia é objeto de monopólio da União, sendo a Companhia detentora de autorizações de operação, por prazo indeterminado, emitidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

Notas Explicativas

1.1. Em 12 de abril de 2022, foi aprovada a incorporação da NISA pela Companhia (“Incorporação”). A Incorporação foi precedida pela elaboração de laudo de avaliação do valor do patrimônio líquido contábil da NISA, elaborado por especialista independente com base nos saldos contábeis de 31 de março de 2022, e permitiu a racionalização da estrutura societária, e, conseqüentemente, consolidação e redução de despesas. Além disso, a Incorporação era uma obrigação da NISA, assumida nas escrituras de 1ª e 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, garantidas pela Companhia por meio de fiança. Com a efetivação da Incorporação, a Companhia sucedeu a NISA, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, cotas, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da NISA, patrimoniais ou não patrimoniais, sendo a NISA extinta de pleno direito, de modo que a totalidade das ações de emissão da Companhia e de titularidade da NISA foram canceladas e reemitidas, em igual número, aos acionistas FIP e Itaúsa, na proporção de suas participações no capital social da Companhia. A totalidade das ações da Companhia passou a ser detida diretamente por Itaúsa e FIP, na proporção de 8,5% e 91,5% das ações representativas do capital social da Companhia, respectivamente.

1.2. Aprovação da Nova Lei do Gás

Em 8 de abril de 2021, foi sancionado pelo Presidente da República a Lei 14.134, a chamada “Nova Lei do Gás”. A lei traz inovações relacionadas às atividades desempenhadas pela NTS, dentre as quais: (i) estabelecimento de regime de autorização para todas as atividades de transporte de gás natural, sem prazo de vigência; (ii) novas regras para operação e balanceamento em gasodutos e sistemas de transporte de gás natural; e (iii) determinação de regras de independência e autonomia dos transportadores de gás natural em relação aos agentes que exerçam atividades concorrenciais da indústria de gás natural. Traz, ainda, previsões para assegurar os direitos dos transportadores nos contratos de serviço de transporte vigentes, incluindo aqueles relacionados à proteção da receita atualmente auferida pelos transportadores para adequação ao novo regime de contratação de capacidade por entrada e saída.

1.3. Aquisição de volume de gás para estoque da rede de transporte (“Linepack”)

Em 17 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o processo de aquisição de 40.000 m³ (quarenta milhões) de volume de gás para formação do estoque de referência da rede de transporte da Companhia (“Linepack”), necessário para viabilizar a operação de transporte com múltiplos carregadores. Tal aprovação foi respaldada pela decisão dada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, que, por meio do Ofício Nº 17/2022/SIM/ANP-RJ de 25 de fevereiro de 2022, aprovou a aquisição do referido volume bem como a inclusão deste investimento nas tarifas de transporte de gás da Companhia, após análise técnica e econômica dos dados apresentados.

A aquisição dos 40.000 m³ (quarenta milhões) de volume foi realizada entre abril e junho de 2022 pelo equivalente a R\$134.853, sendo que deste total, aproximadamente 9.200 m³ (nove milhões e duzentos mil) ou R\$30.200 foram classificados como estoque de gás e o restante como parte do imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

1.4. Assinatura do Acordo de Redução de Flexibilidade de uso pela Petrobras e aditivo aos Contratos de Serviço de Transporte

Conforme compromissos assumidos pela Petrobras junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no âmbito do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), celebrado em 8 de julho de 2019, a Companhia e a Petrobras assinaram em 30 de setembro de 2022, o Acordo para a Redução de Flexibilidade e aditivos aos 5 Contratos de Serviço de Transporte existentes, com o objetivo de, entre outros aspectos, formalizar a limitação da flexibilidade da Petrobras em tais contratos, para assim, nos termos assumidos no âmbito do TCC, viabilizar a oferta pela NTS de capacidade firme ao mercado, no regime de entrada e saída, sob a supervisão da ANP. Tal instrumento possibilita o acesso de outros agentes ao sistema de transporte da NTS de forma isonômica com a Petrobras, reforçando assim a prontidão da Companhia para operar num ambiente multicliente e disponibilizando parte da capacidade firme de sua malha para novos carregadores. Nesse mecanismo não há impacto no lucro operacional da Companhia, uma vez que toda receita gerada é repassada para a Petrobras detentora da capacidade contratada originalmente.

Em razão da assinatura do Acordo, os Contratos de Serviço de Transporte foram aditados para incorporar seus efeitos além de outras atualizações, cujas principais são detalhadas a seguir: (a) formalizar mecanismo para o cálculo tarifário correspondente ao repasse dos valores investidos pela Companhia na aquisição do estoque de gás, necessários para a operação das suas infraestruturas de transporte no regime de entrada e saída; (b) Permitir que a Companhia passe a ter a opção de adquirir o Gás para Uso do Sistema (GUS) da Petrobras ou terceiros, sendo os custos associados recobrados aos carregadores pela Companhia por meio de encargo específico; (c) adicionar novo regramento de balanceamento e correção de desequilíbrios, de forma que os contratos de transporte entre a Companhia e a Petrobras possam conviver com os novos contratos de transporte no regime de entrada e saída decorrentes do Acordo de Redução de Flexibilidade; (d) Inclusão de dispositivo disciplinando mecanismo de dedução de valores a serem pagos pela Petrobras à Companhia, em função da receita auferida e oriunda de novos contratos de serviço de transporte no regime de entrada e saída que venham a ser celebrados junto a outros carregadores em decorrência do Acordo.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contida na Lei das Sociedades por Ações, e incorporadas as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em 8 de março de 2024 e Conselho de Administração em 14 de março de 2024.

A moeda funcional da NTS é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

Notas Explicativas

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao longo dos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

I) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

Notas Explicativas

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

II) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos e passivos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

III) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de “hedge” em um “hedge” efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e debêntures e financiamentos, mensurados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de “hedge” eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após reconhecimento inicial, passivos financeiros ao custo amortizado sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença reconhecida nos correspondentes valores contábeis na demonstração do resultado.

IV) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas dívidas contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros e não são utilizados para fins especulativos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são designadas como “hedge” de fluxo de caixa e as perdas e ganhos não realizados decorrentes de oscilações no valor justo destes instrumentos são reconhecidos na conta de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido em contrapartida da rubrica instrumentos financeiros derivativos, no balanço patrimonial. Quando realizadas, as perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto para os casos em que os instrumentos são contratados para fins de proteção contra exposição à riscos financeiros e cuja contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa é adotada pela Companhia.

V) Contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa

A contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa é aplicada para proteger o Companhia da volatilidade do fluxo de caixa atribuível a uma exposição de risco não tolerado pelas práticas de gerenciamento de riscos da Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia designa como “hedge” o valor intrínseco dos instrumentos de proteção contratados. A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos designados e qualificados como “hedge” de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial na linha de resultado de “hedge” de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido, quando aplicável, no resultado do exercício em despesas financeiras, líquidas.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos e rubricas em que o item protegido por “hedge” afetar o resultado do exercício.

Quando um instrumento de “hedge” de fluxo de caixa é liquidado, ou quando não atende mais aos critérios de enquadramento para adoção da contabilidade de “hedge”, todo ganho ou perda acumulado em Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido é realizado contra o resultado (na mesma rubrica utilizada pelo item protegido) à medida que o objeto protegido também é realizado contra o resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida pelo “hedge” ocorra, a variação registrada no Patrimônio Líquido é imediatamente transferida para o resultado do exercício, para a rubrica de resultado financeiro.

A Companhia aplica contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa para certos instrumentos financeiros derivativos contratados com propósito de proteção de risco cambial em transações de dívidas a serem efetivamente desembolsadas.

No momento da designação inicial do “hedge”, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de “hedge” e os itens que são objeto de “hedge”, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento.

Atualmente, os empréstimos relativos à Lei 4.131/1962, possuem operações de “hedge” na forma de “swaps” (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda de dólares para reais, e foram classificados como “hedge” de fluxo de caixa. Estes “swaps” foram contratados com as instituições financeiras em conjunto com os empréstimos (dívida em moeda estrangeira + “swap” para reais em % do CDI). Os termos e as condições dos empréstimos e dos derivativos configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômico as dívidas remuneradas com base em CDI e em reais no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia estabeleceu a relação de proteção de 1:1 e trimestralmente realiza uma análise qualitativa e prospectiva da eficácia e efetividade do “hedge”.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de “hedge” estão divulgados na nota explicativa nº 23. As movimentações nos valores de “hedge” registrados na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 16.5 (a).

VI) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Estes saldos incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

3.1.2. Contas a receber

São inicialmente contabilizados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso de método de taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em crédito de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorrem após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas.

3.1.3. Debêntures e financiamentos

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se da taxa de juros efetiva.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução do valor recuperável de ativos ("impairment"), quando aplicável.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado, custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo, se os critérios de reconhecimento forem atendidos, e custos socioambientais relacionados à construção da malha de gasodutos com correspondente constituição de provisão no passivo da Companhia em linha com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

3.3. Redução ao valor recuperável dos ativos - “impairment”

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando existem indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Na existência de indicativos de recuperação do valor contábil, a Companhia tem como política a contratação de avaliadores independentes que, através de laudos de avaliação com base em valores justos e de mercado, determina-se a necessidade da constituição de provisão ou não.

3.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos, incluindo benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes, quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço e gera receita tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos.

2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos.

3.6. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias (Classe A e B).

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

Notas Explicativas

3.7. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida após a prestação do serviço de transporte de gás natural aos carregadores (transferência do controle do ativo), sendo o maior deles a Petrobras, com base nos contratos de transporte, que contam com cláusulas de “ship or pay”, na qual a Petrobras se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado, por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços.

A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). Os custos operacionais incluem os dispêndios dos serviços de operação e de manutenção da malha de gasodutos da Companhia, realizados pela própria Companhia, os custos com a operação terceirizada dos Sistemas de Compressão (SCOMPs) Congonhas e Mantiqueira, a energia elétrica com a estação de compressão (ECOMP) Guararema, direito de servidão/passagem por pontos da malha que passam sob trechos de propriedades da Petrobras, custos com prêmios de seguros, ICMS sobre o gás fornecido pela Petrobras, de forma gratuita, para utilização na operação do sistema, depreciação da malha, custos associados com contratos para fornecimento/aquisição de gás com propósito de balanceamento de volumes do estoque de gás e outros custos.

As despesas gerais e administrativas incluem gastos com folha de pagamento, consultorias e demais serviços contratados, além de gastos com a gestão e manutenção do escritório e impostos e taxas.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre as debêntures e empréstimos bancários, resultados de instrumentos financeiros derivativos contratados com o propósito de proteção contra a exposições à variação cambial e juros associadas às dívidas em moeda estrangeira, além das apropriações de variações cambiais.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.8. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- no mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

Notas Explicativas

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, uma vez que os considera custos de obtenção de recursos financeiros associados às suas operações, conforme permitido pelas normas contábeis vigentes.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO RELEVANTES

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos, passivos financeiros, instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Notas Explicativas

No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no IFRIC 23/ICPC 22 quanto ao imposto de renda e contribuição social, a Administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente ao longo do ano.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa nº 22.

4.2. Estimativas relacionadas a compensações e condicionantes ambientais

A Companhia possui passivos registrados em relação a compensações e condicionantes ambientais exigidas pelos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização de meio ambiente, nas esferas federal e estadual, em decorrência da emissão de licenças prévias de instalação e operação dos empreendimentos e construção da malha de gasodutos da Companhia. Os valores registrados refletem os desembolsos financeiros prováveis que a Companhia deverá incorrer em atendimento às obrigações.

Informações sobre os passivos registrados são apresentados nas notas explicativas nº 15.1 e nº 15.2.

4.3. Estimativas relacionadas a vida útil dos ativos

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.2, a promulgação da Nova Lei do Gás trouxe alterações importantes, dentre elas, o estabelecimento de regime de autorização para todas as atividades de transporte de gás natural, que passaram a vigorar por prazo indeterminado. Com isso, a Companhia reavalia anualmente as estimativas de vida útil dos seus ativos levando em conta: (i) resultados de laudos vida útil contratados junto à especialistas; e (ii) dados históricos e projeções observáveis associados à dinâmica de produção, oferta e demanda de gás natural no mercado brasileiro. Tais variáveis fornecem evidências quanto à expectativa de vida útil técnica e de benefício econômico futuro dos ativos (considerando a dinâmica do mercado de gás brasileiro), sendo a estimativa de vida útil definida pela Administração com base em seu julgamento a partir destas variáveis.

Notas Explicativas

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

5.1.1. IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.1.2. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e “inputs” para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.1.3. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e “IFRS Practice Statement 2”

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o “IFRS Practice Statement 2” fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

Notas Explicativas

As alterações não resultaram em impactos nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, bem como não impactaram critérios de mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.1.4. Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Originados de uma Simples Transação

- Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 “Income Tax” (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois.
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua operação e resultados são apurados exclusivamente no Brasil.

5.2. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis, e em alguns casos, as normas ainda não foram adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

- 5.2.1. Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

Notas Explicativas

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou “joint venture”. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou “joint venture” contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou “joint venture”. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou “joint venture” contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou “joint venture”.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. A Administração espera que a adoção dessas alterações não tenha impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia no futuro, exceto se a Companhia passar a ter investimentos em coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

5.2.2. Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022.

A Administração espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no futuro.

Notas Explicativas

5.2.3. Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com “Covenants”

As alterações indicam que apenas “covenants” que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses “covenants” afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do “covenant” é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um “covenant” com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um “covenant” após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de “covenants” pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os “covenants” (incluindo a natureza dos “covenants” e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os “covenants”.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020.

A Administração espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia no futuro.

5.2.4. Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo “acordos de financiamento de fornecedores” não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- Os termos e as condições dos acordos.

Notas Explicativas

- O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos.
- O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento.
- As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores.
- Informações sobre o risco de liquidez.

As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração espera que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, exceto se Acordos de Financiamento de Fornecedores forem firmados no futuro.

5.2.5. Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"

As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e leaseback que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

Notas Explicativas

O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e leaseback celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

A Administração espera que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, exceto se transações de "Sale & Leaseback" forem firmadas no futuro.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	5.490	225
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	2.059.204	2.294.092
	<u>2.064.694</u>	<u>2.294.317</u>

As aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos de renda fixa, com liquidez diária, possuem remuneração associada ao CDI e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. A gestão do caixa tem conseguido obter remuneração superior ao CDI.

(a) Dentre as aplicações realizadas, a Companhia possui posição em fundo de investimento exclusivo, cuja composição é abaixo sintetizada.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cotas de outros fundos de investimentos de renda fixa	590.252	440.691
CDB	-	118.473
Letras financeiras	217.044	102.235
Outros	19	78
Total	<u>807.315</u>	<u>661.478</u>

De acordo com o estatuto/mandato do Fundo, os recursos são resgatáveis com liquidez diária considerando a cota da data do resgate.

7. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	1.401.897	1.317.955
GALP Energia Brasil S.A.	8.850	4.744
Shell	1.965	5
Mercúrio	689	-
Gerdau	-	2
	<u>1.413.401</u>	<u>1.322.706</u>

	<u>Não vencidos</u>	<u><30</u>	<u>31 - 60</u>	<u>61 - 90</u>	<u>>91</u>	<u>Total</u>
Saldo aberto	1.139.309	266.103	372	6.471	1.146	1.413.401

Notas Explicativas

Os recebíveis da Companhia decorrem de Contratos de Transporte de Gás (GTAs) firmados com a Petrobras e Contratos de Transporte de Gás firmados com a GALP, Mercúrio e Shell, com vigência até 31 de dezembro de 2023.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo de R\$206.489 em 31 de dezembro de 2023 (R\$165.233 em 31 de dezembro de 2022) se refere a: (i) gastos efetuados pela Companhia no escopo das atividades Gerenciamento e Remediação de trincas por Corrosão Sob Tensão (SCC) no montante de R\$194.026 (R\$153.973 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) Classe de Locação no montante de R\$12.463 (R\$11.260 em 31 de dezembro de 2022). Tais valores que devem ser reembolsados pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras como parte das obrigações remanescentes acordadas entre compradora e vendedora para a alienação da Companhia. O referido saldo não está sendo atualizado monetariamente.

Conforme descrito na nota explicativa nº 22.3 (c), a Companhia apresentou resposta ao requerimento de arbitragem recebido e realizou pedido de reconvenção para inclusão dos custos com SCC no bojo da arbitragem e por tal razão, optou por reclassificar o saldo para o não circulante.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS

O saldo de R\$13.925 em 31 de dezembro de 2023 (R\$16.570 em 31 de dezembro de 2022), se refere às contas poupança mantidas junto ao Banco do Brasil para fazer face a compensações ambientais relacionadas à construção dos gasodutos GASAN II, GASPAL II e da ECOMP de Guararema no Estado de São Paulo, e que serão utilizados conforme solicitação de órgãos ambientais. Tais depósitos devem permanecer vinculados em conta poupança e seguem os dispositivos da Lei Federal no 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Em consonância com o disposto no Ofício CCA/SE no 097/2022, emitido pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a Companhia transferiu em 6 de janeiro de 2023 R\$3.471 ao Fundo Especial de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - FPBRN, para o pagamento de certas obrigações de Compensações Ambientais devidas à CETESB, previstos no 1º Aditivo e Reti-Ratificação ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, firmado em 25 de novembro de 2022.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2022			Movimentação no exercício				Saldo Em 31 de Dezembro de 2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Deprec.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Obras em andamento	542.369	503	542.872	166.722	-	(248.159)	(503)	460.932	-	460.932
Benfeitoria em bens de terceiros	10.238	(2.684)	7.554	-	-	200	(1.015)	10.438	(3.699)	6.739
Condicionantes ambientais	145.409	(47.145)	98.264	-	-	-	(5.492)	145.409	(52.637)	92.772
Equipamentos e outros bens	12.020.747	(4.972.403)	7.048.344	12.860	-	247.959	(471.761)	12.281.566	(5.444.164)	6.837.402
Materiais e equipamentos sobressalentes	43.691	-	43.691	30.614	-	-	-	74.305	-	74.305
	<u>12.762.454</u>	<u>(5.021.729)</u>	<u>7.740.725</u>	<u>210.196</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(478.771)</u>	<u>12.972.650</u>	<u>(5.500.500)</u>	<u>7.472.150</u>

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2021			Movimentação em 2022				Saldo em 31 de dezembro de 2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Deprec.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Obras em andamento	362.518	-	362.518	410.435	-	(200.382)	503	542.369	503	542.872
Benfeitoria em bens de terceiros	5.153	(2.043)	3.110	-	-	5.085	(641)	10.238	(2.684)	7.554
Condicionantes ambientais	145.409	(41.653)	103.756	-	-	-	(5.492)	145.409	(47.145)	98.264
Equipamentos e outros bens	11.794.644	(4.516.594)	7.278.050	604	-	195.297	(455.809)	12.020.747	(4.972.403)	7.048.344
Materiais e equipamentos sobressalentes	24.051	-	24.051	19.640	-	-	-	43.691	-	43.691
	<u>12.331.775</u>	<u>(4.560.290)</u>	<u>7.771.485</u>	<u>430.679</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(461.439)</u>	<u>12.762.454</u>	<u>(5.021.729)</u>	<u>7.740.725</u>

Notas Explicativas

Obras em andamento

O saldo de obras em andamento é formado por custos com construção, manutenção e reparo dos dutos (desde que relacionados a substituição de peças e equipamento ou em atendimento a exigências regulatórias que aumentem a vida útil do ativo), estações/serviços de compressão, pontos de entrega e com o Plano de Gerenciamento de Correção de Stress por Corrosão ou Fissura de Gasodutos (SCC). Durante o ano de 2023, destacaram-se os projetos de crescimento listados abaixo:

(i) GASIG

A NTS concluiu em 2023 a construção e montagem do gasoduto de transporte de gás natural Itaboraí-Guapimirim (GASIG), que terá aproximadamente 11 KM de extensão, 24 polegadas de diâmetro e capacidade de 18,2 MM m³/dia, e cuja autorização de construção foi concedida pela ANP em favor da Companhia, por meio da Autorização SIM-ANP Nº 150. A etapa de construção e montagem do gasoduto foi concluída em janeiro de 2023 e em julho deste ano a Licença de Operação (LO) foi obtida, habilitando o gasoduto, que conecta a unidade de processamento e tratamento de gás natural (GASLUB) ao gasoduto GASDUC III, a entrar em operação.

Destaca-se que o início da operação está condicionado a obtenção da Autorização de Operação (AO) junto a ANP, bem como realização do processo de Chamada Pública para assinatura dos contratos de transportes correspondentes. Esse novo gasoduto até o presente momento teve o custo de R\$167.515.

(ii) Interconexão Cabiúnas

Neste projeto está sendo realizada a construção e montagem de um ponto de conexão entre malhas das transportadoras em Macaé para melhorar o atendimento e as possibilidades de transporte de gás por todo o território nacional. Este projeto desembolsou até o momento R\$41.239.

(iii) Ponto de Recebimento de GNL

Este projeto tem como finalidade a ampliação do ponto de recebimento de GNL que já estava construído e em operação. O desembolso até o momento é de R\$16.992.

(iv) Ecomp Japeri

A Estação de Compressão a ser instalada em Japeri/RJ, entre a Estação Campos Elíseos e a ECOMP Vale do Paraíba, foi dimensionada para mitigar o gargalo de movimentação de gás entre RJ e SP. Com a sua instalação, a vazão entre os estados aumentará de 12,5 para 25 MMm³/dia. Em 2023, a Companhia realizou a engenharia básica, iniciou a tramitação da licença ambiental (LAU) e Autorização de Supressão Vegetal (ASV) junto ao INEA e iniciou tramites regulatórios junto à ANP. Este projeto desembolsou até o momento R\$5.843.

Transferências

O saldo de transferências consiste basicamente nos projetos encerrados e capitalizados ao longo de 2023, dentre os principais projetos capitalizados, destacam-se os seguintes:

(v) SCC ref. Passagem de PIG EMAT, Escavação, Fiscalização e Reparo adicionados a Classe de Locação

Foram investidos R\$118.128 em projetos para atualização de análise e reparo das trincas (SCC) incrementados pela classe de locação, visando o atendimento aos requisitos normativos e de segurança operacional. Tais projetos incluíram adoção de medidas mitigadoras de riscos de acidentes nos dutos de transporte de gás natural.

Notas Explicativas

(vi) Overhaul Turbocompressores a gás e elétricos

O investimento no projeto de Overhaul totalizou R\$58.399. Trata-se de manutenção preventiva e/ou corretiva dos turbocompressores a gás e elétricos para garantia da continuidade operacional da NTS. Este projeto ocorreu apenas nos pontos identificados com necessidade de reparo ou manutenção planejada devido ao tempo de operação dos ativos.

(vii) Projeto ARP - Cubatão

O projeto basicamente consiste na construção do novo Ponto de Entrega Cubatão II, Adequação do Ponto de Entrega e Ponto de Recebimento RPBC e Desmontagem do Ponto de Entrega Cubatão que teve o investimento realizado em R\$27.660.

(viii) Fitas de Advertência para Sinalização de Faixa

Neste projeto foi realizado a instalação de telas com fita de advertência e totens nas faixas de dutos com o objetivo de alertar sobre a existência dos gasodutos, visando a mitigação do risco de trepanações ilegais e a prevenção de incidentes de acordo com a indicação da agência reguladora. Neste projeto tivemos o desembolso de R\$23.802.

Custos de empréstimo capitalizados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve capitalização de juros de financiamentos para projetos de construção no imobilizado da Companhia.

Vida útil atribuída aos ativos

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edificações e benfeitorias - de 16 a 30 anos.
- Benfeitorias em bens de terceiros - 10 a 30 anos.
- Gasodutos, equipamentos e outros itens - até 30 anos.
- Condicionantes ambientais - até 30 anos.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A malha de gasodutos da NTS é composta pelos seguintes trechos:

GASTAU

O Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté (GASTAU), com 98 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, interliga a Unidade de Processamento de Gás Natural Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, à Taubaté, cidade do Médio Paraíba, ao Gasoduto Campinas Rio e ao restante da malha Sudeste.

GASDUC III

O Gasoduto Cabiúnas-REDUC (GASDUC III), com 180 km de extensão e 38 polegadas de diâmetro, é o maior diâmetro da América do Sul e tem a maior capacidade de transporte (40 milhões m³/dia) entre os gasodutos brasileiros.

Notas Explicativas

GASPAJ

O Gasoduto Paulínia-Jacutinga (GASPAJ), com 93 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, tem por objetivo atender à demanda de gás natural da região Sul do estado de Minas Gerais. O gasoduto tem origem na cidade de Paulínia/SP, onde se interligam os gasodutos Paulínia-Jacutinga, Campinas-Rio (GASCAR), REPLAN-Guararema do Gasoduto Bolívia Brasil (GASBOL), bem como o Ponto de Entrega REPLAN.

Malhas Sudeste

A Malha Sudeste é composta por cinco gasodutos e dois ramais:

GASAN

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN), com 41,6 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro interliga o município de Capuava/SP ao município de Cubatão/SP.

GASCAR

O Gasoduto Campinas-Rio (GASCAR), com 453 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, tem por objetivo aumentar a capacidade de escoamento de gás boliviano para o Rio de Janeiro. O gasoduto se inicia na Refinaria do Planalto (REPLAN), na cidade de Paulínia/SP, estendendo-se até o município de Japeri/RJ, onde se interliga aos gasodutos GASVOL e GASJAP, ambos no estado do Rio de Janeiro.

GASPAL

O Gasoduto ESVOL-RECAP (GASPAL), com 325,5 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Pirai/RJ e termina no município de Mauá/SP.

GASVOL

O Gasoduto REDUC-ESVOL (GASVOL), com 95 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e termina no município de Volta Redonda/RJ, possuindo, ainda, um ramal de 5,5 km de extensão dentro do município de Volta Redonda/RJ.

GASBEL I

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte I (GASBEL I), com 357 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e termina na Refinaria Gabriel Passos, na cidade de Betim/MG.

Ramal de Campos Elíseos 16''

O Ramal de Campos Elíseos, com 2,7 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, localiza-se no município de Duque de Caxias/RJ.

Notas Explicativas

Malhas Sudeste II

A Malha Sudeste II é composta pelos seguintes gasodutos:

GASJAP

O Gasoduto JAPERI-REDUC (GASJAP), com 45 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Japeri/RJ e termina no município de Duque de Caxias/RJ, interligando o Hub de Caxias ao Gasoduto Campinas-RIO (GASCAR). O Gasoduto possui um Estação de Compressão em Campos Elíseos.

GASAN II

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN II), com 39 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Mauá/SP e termina no município de São Bernardo do Campo, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASPAL II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

GASPAL II

O Gasoduto Guararema-Mauá (GASPAL II), com 54 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Guararema/SP e termina no município de Mauá, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASAN II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

GASBEL II

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (GASBEL II), com 267 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Volta Redonda/RJ e termina no município de Queluzito/MG, ampliou a oferta de gás natural para o estado de Minas Gerais, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte e no Vale do Aço.

Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de seus ativos para avaliar se há indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável. Não foram identificados indicativos de “impairment” do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

11. FORNECEDORES

<u>Fornecedor</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	612.270	441.502
Petróleo Transportes S.A. - Transpetro	10.248	27.999
Atmos International Limited	1.008	-
Rosenbra Engenharia Brasil Ltda.	5.579	5.880
Álvaro Aguiar Engenharia e Construção	-	3.090
Starr International Brasil	2.061	2.284
Spiecapag Intech Construção	2.446	2.305
Worley Engenharia Ltda.	205	2.441
Industec Comércio e Montagens	-	14.123
Chubb Seguros Brasil S.A.	872	12.959
Elecnor do Brasil Ltda.	-	12.476

Notas Explicativas

<u>Fornecedor</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Solar Turbines International Company	1.563	9.351
Softtek Soluções em Sistemas Ltda.	1.216	277
Acv Tecline Engenharia Ltda.	796	-
Aig Seguros Brasileira S.A.	987	1.053
Applus Qualitec Serviços de Engenharia Ltda.	764	-
Avipam Viagens e Turismo Ltda.	703	-
Enerflex Energia Ltda.	629	-
Tisi do Brasil Serviços Industriais Ltda.	923	-
Demais fornecedores	<u>93.975</u>	<u>77.439</u>
	<u>736.245</u>	<u>613.179</u>

Notas Explicativas

12. DEBÊNTURES E FINANCIAMENTOS

<u>Operação/Instrumento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Moeda</u>	<u>Valor captado</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Custo de captação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Notas Comerciais	CDI +1,90%	R\$	(1.500.000)	mar-22	mar-32	1.500.000	53.011	(12.018)	1.540.993	1.545.338
Debêntures_1ª emissão NISA	CDI +1,99%	R\$	(1.547.187)	abr-21	abr-28	967.187	21.799	(5.705)	983.281	1.580.574
Debêntures_2ª emissão NISA	CDI +1,90%	R\$	(1.500.000)	mar-22	mar-32	1.500.000	53.011	(12.017)	1.540.994	1.545.338
Debêntures_5ª emissão - 1ª serie	CDI + 1,30%	R\$	(1.000.000)	out-22	set-27	1.000.000	38.217	(375)	1.037.842	1.032.479
Debêntures_5ª emissão - 2ª serie	CDI + 1,60%	R\$	(1.500.000)	out-22	set-29	1.500.000	58.659	(591)	1.558.068	1.549.791
Debêntures_5ª emissão - 3ª serie	CDI + 1,85%	R\$	(1.000.000)	out-22	set-32	1.000.000	39.846	(8.861)	1.030.985	1.023.698
Empréstimo Scotia Bank (a)	USD/BRL + 2,08%	US\$	(300.000)	abr-22	abr-27	1.452.390	7.462	-	1.459.852	1.573.353
Empréstimo Scotia Bank(2) (a)	USD/BRL + 3,63%	US\$	(170.000)	ago-22	ago-25	823.021	10.289	-	833.310	897.919
Empréstimo MUFG (a)	USD/BRL + 2,98%	US\$	(59.000)	abr-22	abr-27	285.637	2.124	-	287.761	310.042
Empréstimo CITI (a)	USD/BRL + 2,3%	US\$	(90.000)	abr-22	abr-27	435.717	2.505	-	438.222	472.263
Empréstimo SMBC (a)	USD +4,34%	US\$	(50.000)	set-22	set-25	242.065	3.327	-	245.392	264.470
Empréstimo BNP (a)	USD + 4,89%	US\$	(80.000)	out-22	set-25	387.304	4.682	-	391.986	422.235
						<u>11.093.321</u>	<u>294.932</u>	<u>(39.567)</u>	<u>11.348.686</u>	<u>12.217.500</u>
Circulante									289.509	302.456
Não circulante									<u>11.059.177</u>	<u>11.915.044</u>
Total									<u>11.348.686</u>	<u>12.217.500</u>

- (a) Instrumentos financeiros derivativos (“swap”) foram contratados com as instituições financeiras em conjunto com os empréstimos (dívida em moeda estrangeira + “swap” para reais em CDI). Os termos e as condições dos empréstimos e dos derivativos configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômico uma dívida remunerada com base em CDI e em reais no balanço patrimonial da Companhia. A contratação dos derivativos está condizente com a estratégia de gerenciamento de riscos financeiros da Companhia, cujo objetivo é o de eliminar substancialmente a volatilidade do fluxo de caixa atribuível à exposição da variação cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira. Por esta razão, a Companhia adotou a contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, conforme notas explicativas nº 16.5 e nº 23 (b). Os saldos destes empréstimos estão apresentados sem considerar os efeitos de proteção dos “swaps” correspondentes.

Notas Explicativas

12.1. Debêntures

Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NISA, conforme alterada para Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NTS, em 10 de maio de 2022, em virtude da Incorporação ("3ª Emissão de Debêntures")

Em 27 de abril de 2021, a NISA celebrou Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures no valor total de R\$1.547.187, com vencimento em 7 (sete) anos, ou seja, 27 de abril de 2028. As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de "spread" equivalente a 1,99% ao ano, pagamentos de juros semestrais em abril e outubro, não possuem amortizações intermediárias e cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

De acordo com os termos da escritura da 3ª Emissão de Debêntures (originalmente emitidas pela Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A.), havia obrigação constituída da NISA ser incorporada reversamente pela Companhia no prazo máximo de 13 meses contados a partir da data da conclusão da operação de venda (maio de 2022), sob pena de vencimento antecipado das obrigações constantes na escritura. A incorporação reversa foi em concluída em 12 de abril de 2022, quando a partir de então a Companhia tornou-se sucessora universal da NISA em relação aos termos e condições destas debêntures, tendo o segundo aditamento à escritura de 3ª Emissão de Debêntures sido celebrado em 10 de maio de 2022, para formalmente refletir as alterações necessárias na escritura, bem como a perda da validade da fiança outorgada pela NTS, de forma que as debêntures deixaram de ter qualquer garantia.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que impõem à Companhia o cumprimento dos seguintes índices financeiros:

- a) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, deverá ser igual ou inferior a 4,5, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 meses imediatamente anteriores divulgadas na ocasião de captação de novos recursos por meio de emissão de instrumentos de dívidas.
- b) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida e apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 meses imediatamente anteriores divulgadas, que deverá ser igual ou superior a:
 - a. 1,0 vez, na ocasião de distribuição de proventos aos acionistas (dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucro).
 - b. 1,1 vez, na ocasião de captação de novos recursos por meio de emissão de instrumentos de dívidas.

Em 13 de junho de 2023 foi realizada a oferta de resgate antecipado parcial de 580.000 debêntures da terceira emissão de debêntures da Companhia, com consequente cancelamento de tais debêntures. A Oferta foi aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de maio de 2023.

Notas Explicativas

A oferta foi nos termos da cláusula 5.3 da escritura da 3ª emissão de debêntures e legislação aplicável, e tendo sido formalmente comunicada ao agente fiduciário, divulgada aos debenturistas e ao mercado, bem como, posteriormente, comunicada à B3 para ajustes das posições aplicáveis.

O montante pago pela Companhia totalizou R\$599.302, sendo: (a) R\$580.000 equivalente ao valor nominal unitário das debêntures, acrescido de (b) R\$10.632 à título de remuneração “pro rata” correspondente e (c) R\$8.670 equivalente ao prêmio de resgate antecipado de 0,30% ao ano, calculado “pro rata”.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou os índices e concluiu que as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas.

Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NISA conforme alterada para Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NTS, em 10 de maio de 2022, em virtude da Incorporação (“4ª Emissão de Debêntures”)

Em 15 de março de 2022, a Diretoria da NISA aprovou a celebração de Instrumento Particular de Escritura da 4ª emissão de debêntures no valor de R\$1.500.000, com vencimento março de 2032. As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de “spread” equivalente a 1,90% ao ano, pagamentos de juros semestrais em março e setembro, com amortizações intermediárias em 3 (três) parcelas anuais, no 8º, 9º e 10º anos, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática. As debêntures foram integralizadas no dia 24 de março de 2022 e com a conclusão da incorporação reversa da NISA pela Companhia, em 12 de abril de 2022, a Companhia tornou-se sucessora universal da NISA em relação aos termos e condições das debêntures, tendo o primeiro aditamento à escritura de 4ª Emissão de Debêntures sido celebrado em 10 de maio de 2022, para formalmente refletir as alterações necessárias na escritura e a perda da validade da fiança outorgada pela NTS, de forma que as Debêntures de 4ª Emissão deixaram de ter qualquer garantia.

As debêntures possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 meses imediatamente anteriores divulgadas.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o índice e concluiu que a cláusula restritiva estava sendo cumprida.

Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NISA, conforme alterada para Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da NTS, em 10 de maio de 2022, em virtude da Incorporação (“1ª Emissão de Notas Comerciais”)

Em 15 de março de 2022, a Diretoria da NISA aprovou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, no valor total de R\$1.500.000 (“Notas Comerciais”), com vencimento março de 2032.

Notas Explicativas

As Notas Comerciais têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de “spread” equivalente a 1,90% ao ano, pagamentos de juros semestrais em março e setembro, com amortizações intermediárias em 3 (três) parcelas anuais, no 8º, 9º e 10º anos, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

As Notas Comerciais foram integralizadas no dia 24 de março de 2022 e com a conclusão da Incorporação, em 12 de abril de 2022, a Companhia tornou-se sucessora universal da NISA em relação aos termos e condições das Notas Comerciais, tendo o primeiro aditamento ao termo de emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais sido celebrado em 10 de maio de 2022, para formalmente refletir as alterações necessárias no termo de emissão e a perda da validade da fiança outorgada pela NTS, de forma que as notas comerciais deixaram de ter qualquer garantia.

As Notas Comerciais possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes, apurado semestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 meses imediatamente anteriores divulgadas.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o índice e concluiu que a cláusula restritiva estava sendo cumprida.

Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da NTS (“5ª Emissão de Debêntures”)

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de setembro de 2022, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$3,5 bilhões com vencimento em 13 de setembro de 2027 (1ª série), em 13 de setembro de 2029 (2ª série), e em 13 de setembro de 2032 (3ª série). As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de “spread” equivalente a 1,30% ao ano, 1,60% ao ano e 1,85% ao ano, respectivamente. As debêntures têm como data de emissão dia 13 de setembro de 2022 e foram integralizadas em 6 de outubro de 2022.

As debêntures possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 meses imediatamente anteriores divulgadas.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o índice e concluiu que a cláusula restritiva estava sendo cumprida.

12.2. Empréstimos em moeda estrangeira nos termos da Lei 4.131/1962, obtidos pela NISA, subsequentemente incorporada pela NTS em 12 de abril de 2022

Em 1º de abril de 2022, a NISA concluiu a captação de US\$449 milhões, por meio de contratos de empréstimo em moeda estrangeira, nos termos da Lei nº 4.131/62, conforme aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da NISA, realizada em 16 de dezembro de 2021, sendo:

- a) US\$300 milhões, firmado com o Bank of Nova Scotia, com juros remuneratórios de 2,0783% a.a., pagos semestralmente.

Notas Explicativas

- b) US\$90 milhões, firmado com o Citibank, N.A, com juros remuneratórios de 2,2999% a.a., pagos trimestralmente.
- c) US\$59 milhões, firmado com o MUFG Bank. Ltd, com juros remuneratórios de 2,9750% a.a. pagos semestralmente.

Para proteção em relação à exposição cambial, a NISA realizou contratação de operações de derivativos (“swap” cambial), cujos valores de principal e juros replicam o montante de principal e juros dos empréstimos. Todos os contratos de empréstimos têm amortizações com parcelas anuais iguais no 4º e 5º anos, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

Com a conclusão da Incorporação, em 12 de abril de 2022, a Companhia tornou-se sucessora universal da NISA em relação aos termos e condições destes empréstimos.

Os referidos empréstimos possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes, apurado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 meses imediatamente anteriores divulgadas.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o índice e concluiu que a cláusula restritiva estava sendo cumprida.

12.3. Empréstimos em moeda estrangeira nos termos da Lei 4.131/1962, obtidos pela NTS em 2022

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de agosto de 2022, a Companhia aprovou a captação de financiamentos por meio da contratação de empréstimo(s) em moeda estrangeira, que poderiam totalizar o valor de até US\$300 milhões, nos termos da Lei nº 4.131/62, tendo sido contratados:

- a) US\$170 milhões, por meio de contrato de empréstimo firmado com o Bank of Nova Scotia em agosto de 2022, com juros remuneratórios de 3,63% a.a., pagos semestralmente.
- b) US\$50 milhões, por meio de contrato de empréstimo firmado com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC) em setembro de 2022, com juros remuneratórios de 4,34% a.a., pagos semestralmente.
- c) US\$80 milhões, por meio de contrato de empréstimo firmado com o BNP Paribas (BNP) em outubro de 2022, com juros remuneratórios de 4,89% a.a., pagos anualmente.

Para proteção em relação à exposição cambial, a Companhia realizou contratação de operações de derivativos (“swap” cambial), cujos valores de principal e juros replicam o montante de principal e juros dos empréstimos. Todos os contratos de empréstimos têm amortizações no vencimento, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

Os referidos empréstimos possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes, apurado semestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 12 meses imediatamente anteriores divulgadas.

No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou o índice e concluiu que a cláusula restritiva estava sendo cumprida.

Notas ExplicativasEscala de pagamentos e amortização de custos de captação

<u>Ano</u>	<u>Principal</u>	<u>Custo de captação</u>
2024	-	5.388
2025	1.452.390	5.388
2026	1.586.872	5.388
2027	1.586.872	5.363
Após 2028	<u>6.467.187</u>	<u>18.040</u>
Total	<u>11.093.321</u>	<u>39.567</u>

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Operações entre entidades jurídicas

	<u>Ouro Verde</u>
<u>Resultado</u>	
Custo dos serviços prestados	<u>(1.738)</u>
	<u>(1.738)</u>
<u>Passivo</u>	
Fornecedores	<u>(625)</u>
	<u>(625)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou operações com acionistas e outras partes relacionadas, conforme descrito a seguir:

- (i) Ouro Verde Locação e Serviços - Em 2023, foi realizada transação com a Ouro Verde Locação e Serviços S.A. ("UNIDAS"), no âmbito do Contrato de Locação de Veículos firmado entre a Companhia e a UNIDAS, cujo objeto envolve a locação de frota de veículos e por meio de demandas spot (esporádicas) pela Companhia, com duração de 36 meses e valor total estimado de aproximadamente R\$12 milhões, tendo tal contratação sido aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Companhia, de forma extraordinária em 7 de novembro de 2022, bem como ratificada em reunião ordinária do Conselho em 18 de novembro de 2022. As condições deste contrato foram negociadas e definidas entre as partes, sendo que os pagamentos acontecerão mensalmente em até 30 dias contados da data de prestação do serviço. Em caso de atraso no pagamento, o valor principal será acrescido de correção monetária pelo IGPM, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e multa de 2% (dois por cento) ao mês, sem prejuízo de eventuais penalidades aplicáveis dispostas no contrato. Ademais, destaca-se que o reajuste de preço ocorre a cada 12 meses com base na variação do IPCA. A parcela registrada no passivo decorre das obrigações de pagamentos em aberto com menos de 30 dias devidas pela Companhia à Ouro Verde pelos serviços prestados.

Notas Explicativas

b) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seus diretores estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Honorários da administração	10.453	12.317
Benefícios de curto prazo	<u>1.038</u>	<u>797</u>
	<u>11.491</u>	<u>13.114</u>

14. TRIBUTOS

14.1. Tributos correntes

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda (b)	-	-	-	3.936	(849.366)	(814.038)
Contribuição social (b)	-	-	-	828	(347.305)	(326.716)
PIS/COFINS (a)	67.205	6.053	-	-	(50.868)	(48.278)
ICMS	-	-	-	-	(21.376)	(21.986)
ISS	-	-	306	305	(1.546)	(201)
IRRF	8	206	-	-	(773)	(255)
Outros	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.457)</u>	<u>(2.505)</u>
	<u>67.219</u>	<u>6.259</u>	<u>306</u>	<u>5.069</u>	<u>(1.275.691)</u>	<u>(1.213.979)</u>

- (a) Os créditos de PIS e COFINS registrados no curto prazo correspondem aos montantes reconhecidos em 2023 sobre o ajuste de tarifa correspondente ao período entre 2018 e 2023 e aos saldos de trânsito em julgado de ação judicial favoravelmente para a Companhia, que reconheceu o direito de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- (b) O saldo de R\$26.752 de Imposto de Renda e Contribuição Social correspondentes aos montantes negativos de IR e CSLL dos anos de 2019 e 2020 decorrentes do benefício da Lei do Bem, os quais possuem parecer favorável do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e foram transformados em PER com a previsão de início das compensações em 2024, estão sendo compensados no passivo circulante da Companhia.

Notas Explicativas

14.2. Tributos diferidos

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social

	Base em 31/12/2023	Saldo do IR e CSLL diferido a 34%	Base em 31/12/2022	Saldo do IR e CSLL diferido a 34%
<u>Imposto diferido ativo</u>				
Provisão para perda PIS/COFINS	69.789	23.728	56.807	19.314
Provisão Derivação clandestina	1.559	530	1.559	530
Provisão para contingências e outras	40.818	13.879	42.358	14.402
Provisão Compartilhamento de faixa	25.596	8.703	14.664	4.986
Provisão - gastos com compensação ambiental	40.548	13.786	38.617	13.130
Provisão para bônus	19.714	6.703	17.132	5.825
Benefício fiscal decorrente da incorporação reconhecido no patrimônio (a)	1.187.531	403.760	1.262.535	429.262
Resultado de "hedge" de fluxo de caixa (alocado ao ORA)	168.847	57.408	288.164	97.976
Efeitos do "swap" cambial oriundos da incorporação da NISA	59.998	20.399	70.472	23.960
	<u>1.614.400</u>	<u>548.896</u>	<u>1.792.308</u>	<u>609.385</u>
<u>Imposto diferido passivo</u>				
Imobilizado - Diferença taxa de depreciação societária x fiscal (b)	(5.378.765)	(1.828.780)	(5.676.836)	(1.930.124)
Lei do Bem - desenvolvimento tecnológico e inovação	(41.968)	(10.492)	(50.036)	(12.509)
	<u>(5.420.733)</u>	<u>(1.839.272)</u>	<u>(5.726.872)</u>	<u>(1.942.633)</u>
Saldo de imposto diferido líquido	<u>(3.806.333)</u>	<u>(1.290.376)</u>	<u>(3.934.564)</u>	<u>(1.333.248)</u>

(a) Detalhes da transação, cujo reconhecimento inicial foi feito diretamente contra o patrimônio líquido, é descrito na nota explicativa nº 16.2 (a). A amortização do ágio e mais-valia para fins fiscais iniciou-se em junho de 2022.

(b) Os valores de impostos diferidos passivos sobre o imobilizado se referem à diferença entre a depreciação fiscal e societária da malha de gasodutos e demais instalações da Companhia.

Notas Explicativas

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Saldo do IR e CSLL diferido 31/12/2022	Outros resultados abrangentes	Resultado	Saldo do IR e CSLL diferido 31/12/2023	
<u>Imposto diferido ativo</u>					
Provisão para perda PIS/COFINS	19.314	-	4.414	23.728	
Provisão Derivação Clandestina	530	-	-	530	
Provisão para contingências e outras	14.402	-	(523)	13.879	
Provisão cruzamento de faixa	4.986	-	3.717	8.703	
Provisão - gastos com compensação ambiental	13.130	-	656	13.786	
Provisão para bônus	5.825	-	878	6.703	
Benefício fiscal decorrente da incorporação reconhecido no patrimônio (a)	429.262	-	(25.502)	403.760	
Resultado de "hedge" de fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	97.976	(40.568)	-	57.408	
Efeitos do "Swap" cambial oriundos da incorporação da NISA	23.960	-	(3.561)	20.399	
	<u>609.385</u>	<u>(40.568)</u>	<u>(19.921)</u>	<u>548.896</u>	
<u>Imposto diferido passivo</u>					
Imobilizado - Diferença taxa de depreciação societária x fiscal	(1.930.124)	-	101.344	(1.828.780)	
Lei do Bem - desenvolvimento tecnológico e inovação	(12.509)	-	2.017	(10.492)	
	<u>(1.942.633)</u>	<u>-</u>	<u>103.361</u>	<u>(1.839.272)</u>	
Saldo de imposto diferido líquido	<u>(1.333.248)</u>	<u>(40.568)</u>	<u>83.440</u>	<u>(1.290.376)</u>	
	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027 +</u>	<u>Total</u>
Recuperabilidade do imposto diferido ativo	32.204	25.502	25.502	465.688	548.896

Notas Explicativas

14.3. Apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.854.599	4.607.540
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
(Exclusões)/Adições permanentes líquidas	19.153	(23.372)
(Exclusões)/Adições temporárias líquidas	242.561	269.223
Adições temporárias	<u>343.978</u>	<u>276.948</u>
(+) Depreciação fiscal x societária	298.071	211.736
(+) Provisão para contingência	2.207	13.491
(+) Variação Cambial	-	15.715
(+) Provisão para bônus	17.635	17.132
(+) Provisão ambiental	1.930	-
(+) Provisão p/ repasse contratual	9.389	14.474
(+) Condicionante ambiental	2.790	2.790
(+) Cruzamento de faixa	5.738	1.610
(+) Efeitos "Swap"	-	-
(+) Provisão para perda contas a receber	-	-
(+) Outros	6.218	-
(Exclusões) temporárias	<u>(101.417)</u>	<u>4.671</u>
(-) Depreciação fiscal x societária	-	-
(-) Bônus	(16.561)	(15.218)
(-) Condicionante ambiental	(2.790)	(2.790)
(-) Provisão repasse contratual	3.593	(3.668)
(-) Amortização de benefício fiscal decorrente de incorporação	(75.004)	(44.125)
(-) Ganho "Swap"	(10.655)	70.472
(-) Outros	-	-
Base para cálculo de imposto de renda e contribuição social ajustada	<u>5.116.313</u>	<u>4.853.391</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.719.500)</u>	<u>(1.643.511)</u>
Desconto de patrocínios efetuadas (Lei Rouanet) + Outros incentivos fiscais	<u>33.517</u>	<u>22.268</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(1.685.983)</u>	<u>(1.621.243)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>83.440</u>	<u>88.760</u>
	<u>(1.602.543)</u>	<u>(1.532.483)</u>
Alíquota efetiva de IR e CS	33,01%	33,26%

Notas Explicativas

15. PROVISÃO PARA REPASSE CONTRATUAL, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E CONDICIONANTES AMBIENTAIS

15.1. Provisão para repasse contratual

A Companhia reconheceu provisão de R\$93.355 (R\$80.372 em 31 de dezembro de 2022) para repasse ao seu carregador majoritário de créditos fiscais recuperados e decorrentes de ação judicial transitada em julgado favoravelmente à Companhia. Para o registro da provisão, a Administração considerou a interpretação e análise jurídica dos termos e condições previstos nos contratos de transportes de gás existentes, tendo concluído pelo registro do evento no não-circulante em decorrência das negociações em curso com o carregador para a realização do repasse estarem em estágio inicial.

A Administração avaliará os desdobramentos e futura reclassificação para o circulante, considerando o surgimento de fatos futuros que justifiquem tal medida, bem como os eventuais prazos de liquidação acordados entre as partes.

15.2. Provisão para compensação ambiental

Refere-se a valores provisionados, no valor de R\$40.548 (R\$38.617 em 31 de dezembro de 2022), com base na Lei Federal nº 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, que tem por objetivo garantir a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e que serão dispendidos conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA e o Ministério Público.

15.3. Provisão com condicionantes ambientais

O saldo registrado, no valor de R\$23.969 (R\$30.267 em 31 de dezembro de 2022), se refere a condicionantes ambientais exigidas pelos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização de meio ambiente, nas esferas federal e estadual, em decorrência da emissão de licenças prévias de instalação e operação dos empreendimentos e construção da malha de gasodutos da Companhia, nos termos da Resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

A Companhia trata os eventos relacionados a estas condicionantes de acordo com os princípios do ICPC12 - Mudança em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares - e reconhece no ativo imobilizado a parcela correspondente (mensuração inicial e remensuração futura). Os gastos executados em atendimento às condicionantes são abatidos do valor da provisão e o ativo imobilizado correspondente está sendo amortizado, pelo método linear, em função do tempo remanescente de vida útil dos gasodutos a quais as condicionantes estão vinculadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ocorrida em 12 janeiro de 2023 os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$292.891, mediante capitalização de parcela: (a) da reserva de capital; (b) reserva especial de ágio; e (c) da reserva legal, resultando em capital social equivalente a R\$801.603, mediante aumento do valor nominal das ações da Companhia para R\$0,35 por ação.

Notas Explicativas

Nesta mesma data, os acionistas da Companhia aprovaram a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, no montante de R\$300.603, mediante restituição de capital aos acionistas, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social, e com a redução do valor nominal das ações para R\$0,22 por ação, sem cancelamento de ações e mantendo o número de ações da Companhia e o percentual de participação dos acionistas inalterado. A efetiva redução e o pagamento da referida restituição aos acionistas estava condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, quais sejam (i) publicação do extrato da ata que deliberou sobre a redução, nos termos do art. 135, §1º da Lei 6.404/76, que foi realizada em 13 de janeiro de 2023 no Diário Comercial; (ii) o decurso do prazo legal de 60 dias, contados da publicação mencionada no item (i), sem que tenha havido oposição de credores quirografários ou, se tiver havido oposição, mediante prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no art. 174, § 2º da Lei 6.404/76, sendo que tal prazo concluiu-se em 13 de março de 2023; e (iii) aprovação prévia da Agência Nacional do Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural - ANP, nos termos do art. 4º, § 3º da Lei nº 14.134/21, que ocorreu em 25 de maio de 2023. E Cumpridas as condições precedentes acima, a redução de capital foi efetivada, resultando em um capital social remanescente de R\$501.000, totalmente subscrito e integralizado, composto por 2.312.328.578 ações (dois bilhões, trezentos e doze milhões, trezentas e vinte e oito mil, quinhentas e setenta e oito).

16.2. Reserva de capital

a) Transações de capital

Refere-se às transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de desfazimento do “leasing” financeiro entre empresas do mesmo grupo econômico.

Em outubro de 2016, em função da reestruturação societária das empresas Transportadora Associada de Gás (TAG), Nova Transportadora do Nordeste (NTN) e da Companhia e o encerramento do Consórcio Malhas, o “Leasing” da Petrobras com a NTS foi revertido na data-base 25 de outubro de 2016, gerando um ganho de R\$1.360.199, registrado como transação de capital no patrimônio líquido.

Em agosto de 2020, parte da reserva de capital no montante de R\$167.736, foi incorporada ao capital da Companhia, reduzindo o valor registrado como transação de capital no patrimônio líquido de R\$1.360.199 para R\$1.192.463.

Em abril de 2022, como parte do processo de incorporação reversa da NISA pela Companhia descrita na nota explicativa nº 1, reconheceu-se impacto negativo correspondente à eliminação de R\$930.556, equivalente à baixa da participação de 42,09% detida pela NISA na Companhia a valor contábil, que foi parcialmente compensado pelo impacto positivo de R\$2.652 corresponde ao Capital Social subscrito e integralizado na NISA. Estes eventos resultaram em um impacto líquido redutor de R\$927.904 nesta conta, reduzindo seu saldo de R\$1.192.463 para R\$264.559.

Como parte do processo de incorporação reversa da NISA, a Companhia reconheceu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial apurados na operação de compra de 10% de seu capital social pela NISA junto à Petrobras, em 30 de abril de 2021 e correspondente ao sobrepreço em relação ao valor contábil da participação adquirida, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 16.4 a).

Notas Explicativas

O reconhecimento do benefício fiscal foi precedido pela elaboração do Laudo de Avaliação da Alocação do Valor Justo de Ativos e Passivos Assumidos Sobre o Preço Pago, elaborado por especialista independente e usualmente conhecido como Laudo de PPA ("Purchase Price Allocation"), cujo resultado apontou que dos R\$1.306.661 de sobrepreço pago em relação ao valor contábil da participação adquirida pela NISA na Companhia, R\$1.298.183 equivaliam à mais-valia e R\$8.478 à ágio, ambos apurados para fins de amortização fiscal, com conseqüente benefício fiscal.

Em atendimento aos requisitos previstos no § 3º do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, o sumário do Laudo foi arquivado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, no dia 11 de abril de 2022, para cumprimento do prazo de fazê-lo em até 13 meses após conclusão da operação, conforme previsto nesta mesma legislação.

O valor do benefício fiscal de R\$444.265 corresponde à aplicação da alíquota corporativa combinada de imposto de renda e contribuição social de 34%, aplicada sobre o ágio e mais-valias para fins fiscais de R\$1.306.661.

A Companhia avaliou a operação à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - tendo concluído por efetuar o registro contábil do benefício fiscal apurado sobre ágio e mais-valia apresentados no Laudo de PPA, uma vez que considera provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento dispensado para esta operação, ou de outra forma entende ser provável o êxito em eventual disputa administrativa e/ou jurídica envolvendo a questão.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ocorrida em 12 de janeiro de 2023 os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$292.891, sendo R\$277.278 da Reserva de Capital, mediante capitalização de parcela: da reserva de capital e da reserva especial de ágio. Após a conclusão da operação a Reserva de Capital da Companhia corresponde equivale a R\$431.546.

16.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída até o limite de 20% do capital social, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva só poderá ser utilizada para a absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

A Companhia poderá se eximir de constituição desta reserva desde que ela alcance o limite de 20% do capital social, mencionado no parágrafo anterior, ou a soma de seu saldo e o da reserva de capital exceda 30% do capital social. Conforme apresentado na nota explicativa nº 16.3 b), a Administração não constituiu Reserva Legal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A Companhia reconheceu R\$15.613 correspondente ao saldo da Reserva Legal que constava registrada nos livros da NISA, como parte do seu processo de incorporação reversa pela Companhia descrita na nota explicativa nº 1.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ocorrida em 12 de janeiro de 2023 os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$292.891, sendo R\$15.613 da Reserva legal. Após a conclusão da operação a Reserva Legal da Companhia corresponde equivale a R\$38.368.

Notas Explicativas

b) Dividendos

Dividendos pagos

Em 16 de março de 2023, a Administração da Companhia aprovou a distribuição total de R\$830.110 de dividendos intermediários, referentes ao quarto trimestre de 2022. Nesta mesma data, a Administração da Companhia aprovou o pagamento de R\$21.646 correspondente à atualização monetária sobre os dividendos do quarto trimestre de 2022, pela taxa SELIC aplicada no período compreendido entre 31 de dezembro de 2022 e a data do efetivo pagamento dos dividendos em março, tendo reconhecido este efeito dentro do resultado financeiro do exercício corrente.

Em 17 de julho de 2023, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor total de R\$1.530.371 de dividendos referentes ao primeiro semestre de 2023, os quais foram pagos em julho de 2023.

Em 19 de setembro de 2023, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor total de R\$431.544 de dividendos referentes ao terceiro trimestre de 2023, os quais foram pagos em setembro de 2023.

Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no valor de R\$1.206.494, com base no lucro líquido apurado no exercício de 2023 e em adição aos dividendos intercalares distribuídos aos acionistas em 2023. Os dividendos propostos serão mantidos na Reserva de Lucro até que sejam deliberados pelo Conselho de Administração e em Assembleia Ordinária da Companhia.

O quadro a seguir apresenta o cálculo dos dividendos propostos.

	<u>2023 (*) (**)</u>	<u>2022 (*)</u>
Lucro líquido do exercício	3.252.056	3.075.057
(-) Dividendos intermediários no exercício	(1.961.915)	(2.262.838)
(-) JCP pagos no exercício	-	(41.440)
(+) Lucros acumulados _Incorporação NISA	-	142.019
(=) Lucro base para determinação do dividendo	<u>1.290.141</u>	<u>912.798</u>
Dividendos obrigatórios	-	-
Reserva de incentivos fiscais	(83.647)	(82.688)
Dividendos adicionais propostos	<u>1.206.494</u>	<u>830.110</u>

(*) A Administração não constituiu Reserva Legal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, visto que os saldos combinados da Reserva de Capital e Legal registrados superam o limite de 30% previsto nos termos do parágrafo 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76.

(**) Em função das distribuições intermediárias de dividendos realizadas pela Companhia aos seus acionistas em 2023, os dividendos adicionais propostos permanecerão registrados na Reserva de Lucros até deliberação do Conselho de Administração e Assembleia geral.

Notas Explicativas

c) Reserva de incentivos fiscais

A NTS constituiu reserva de lucros sobre incentivos fiscais no montante de R\$83.647 de 2023, acumulando um total de R\$297.701 (R\$214.054 em 31 de dezembro de 2022) decorrente de subvenção para investimento referente a apropriação de crédito de ICMS oriundo da opção pelo Convênio ICMS 106/96 que concede crédito de 20% do valor do ICMS devido para as empresas de prestação de serviço de transporte. Estes créditos foram contabilizados no resultado do exercício e mensalmente destinados para a reserva de incentivo fiscal, sendo excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo.

d) Lucro do exercício por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro Líquido do exercício (em milhares de reais)	3.252.056	3.075.057
Total de ações emitidas	<u>2.312.328.578</u>	<u>2.312.328.578</u>
Lucro básico e diluído por ação em reais	<u>1,41</u>	<u>1,33</u>

16.4. Ajuste de avaliação patrimonial

a) Transação com sócio

Em 30 de abril de 2021, a NISA reconheceu nesta rubrica o efeito da transação entre os acionistas, no montante de R\$1.306.661, relativo à aquisição de 10% (dez por cento) das ações da Companhia, que foi apurado pela diferença entre o valor pago na aquisição e o valor patrimonial da Companhia.

Em 16 de dezembro de 2021, os acionistas da NISA realizaram o aumento de capital por meio de contribuição de acervo líquido positivo incluindo a participação de 32,09%, equivalente ao montante de R\$5.658.204. Esta transação gerou um ágio em transação entre os acionistas no montante de R\$4.960.437, apurado pela diferença entre o valor das participações integralizadas pelos acionistas e o valor patrimonial avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Em função da NISA e da Companhia pertencerem ao mesmo grupo econômico, sob controle comum, as transações acima se caracterizaram como transações de capital entre a NISA e seus acionistas, conforme disposto na interpretação técnica ICPC 09 (R1), sendo registradas como ajuste de avaliação patrimonial. Tal montante foi absorvido ao Patrimônio Líquido da Companhia, em função da incorporação da NISA, descrita na nota explicativa nº 1.

16.5. Outros resultados abrangentes

a) Reserva de “hedge” de fluxo de caixa

O valor de R\$111.439 (R\$190.188 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à parcela efetiva da variação líquida do valor justo dos instrumentos financeiros de “hedge” de fluxo de caixa, conforme nota explicativa nº 23 (b).

Notas Explicativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	(190.188)	-
Resultado "Swap" antes do ajuste à valor justo	269.881	121.362
(-) Resultado "Swap" à valor justo (conforme NE nº 23 (b))	<u>(150.564)</u>	<u>(166.801)</u>
(=) Resultado de "hedge" de fluxo de caixa	119.317	(288.164)
(+) IR/CS diferidos s/ res. de "hedge" de fluxo de caixa	<u>(40.568)</u>	<u>97.976</u>
Resultado de "hedge" de fluxo de caixa, líquido dos tributos	<u>(111.439)</u>	<u>(190.188)</u>

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta de serviços	8.326.146	8.181.433
Encargos sobre serviços	(1.088.053)	(1.058.766)
Gás de balanceamento	157.369	22.290
Ajuste de Tarifa	<u>(42.440)</u>	<u>(367.438)</u>
	<u>7.353.022</u>	<u>6.777.519</u>

18. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação e amortização	(442.842)	(424.850)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(33.376)	(29.536)
Operação e manutenção	(61.384)	(49.387)
Direito de passagem	(138.566)	(135.850)
Energia elétrica	(13.310)	(19.517)
Seguros	(24.782)	(20.877)
ICMS do gás utilizado no sistema	(10.626)	(8.327)
Custos ambientais	(4.210)	(2.428)
Serviços de consultoria	(16.187)	(16.624)
Treinamentos e seminários	(2.014)	(1.980)
Custos com pessoal	(62.740)	(60.764)
Gás de balanceamento	(142.636)	(20.088)
Outros custos	<u>(61.472)</u>	<u>(43.524)</u>
	<u>(1.014.145)</u>	<u>(833.752)</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com pessoal	(45.952)	(39.782)
Assessoria jurídica	(6.952)	(5.045)
Auditoria	(1.633)	(1.771)
Assessoria contábil	(2.208)	(2.130)
Consultoria	(4.781)	(3.775)
Patrocínios	(33.186)	(26.219)
(Provisão)/Reversão de contingência	(5.376)	(15.010)

Notas Explicativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Manutenções de licenças	(3.642)	(3.529)
Recrutamento e seleção	(813)	(1.329)
Aluguéis e taxas	(1.238)	(1.318)
Serviços contratados	(438)	(492)
Indenizações recebidas/pagas	-	(6.917)
Despesas com escritório e outras	<u>(11.912)</u>	<u>(6.001)</u>
	<u>(118.131)</u>	<u>(113.318)</u>

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recuperação/(Perda) créditos fiscais (a)	133.992	-
Indenizações recebidas/pagas	3.003	-
	<u>136.995</u>	<u>-</u>

(a) Os montantes de Recuperação/(Perda) créditos fiscais correspondem aos créditos de PIS e COFINS reconhecidos em 2023 sobre o ajuste de tarifa correspondente ao período entre 2018 e 2023.

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	219.537	285.900
Atualização monetária	39.289	10.192
Outras receitas financeiras	300	693
Total de receitas financeiras	<u>259.126</u>	<u>296.785</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos, tributos e encargos (a)	(1.636.036)	(1.412.249)
Impostos sobre resultado financeiro	(29.513)	(19.074)
Multas e juros	(288)	(1.575)
Atualização monetária - despesa	(95.248)	(85.822)
Outras despesas financeiras	(1.183)	(974)
Total de despesas financeiras	<u>(1.762.268)</u>	<u>(1.519.694)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.503.142)</u>	<u>(1.222.909)</u>

(a) A Companhia contratou Instrumentos financeiros derivativos (“swap”) com objetivo de proteção de risco cambial e conversão dos encargos para reais em CDI em relação às dívidas em moeda estrangeira contraídas. Por esta razão, os encargos financeiros das dívidas e financiamentos da Companhia são apresentados nesta nota explicativa líquidos dos efeitos das proteções contratadas nos “swaps”. Maiores detalhes sobre estes instrumentos derivativos são descritos nas notas explicativas nº 12, nº 16.5 e nº 23 b) e f).

Notas Explicativas

22. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

22.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Cíveis	Trabalhista (a)	Tributárias	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(35)	(22.714)	(4.688)	-	(27.437)
Novas causas	-	-	(1.720)	(430)	(2.150)
Atualização monetária	(1)	(2.206)	(202)	(22)	(2.431)
Mudança de prognóstico	36	-	-	-	36
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(24.920)	(6.610)	(452)	(31.982)

(a) O principal montante provisionado se refere a ações trabalhistas referentes à incidência de encargos trabalhistas e previdenciários sobre eventos passados, cujo desfecho poderá resultar em desembolso de caixa futuro.

22.2. Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante:		
Trabalhistas	47	9
Fiscais	18.301	17.007
Diversos	25	18
	<u>18.373</u>	<u>17.034</u>

22.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável de seus valores, não são reconhecidos, entretanto são divulgados. Causas com classificação remota não são objeto de qualquer divulgação destas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 dezembro de 2023 e de 2022 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentados a seguir:

	Cíveis	Trabalhista	Tributárias	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(75.784)	(399)	(330.118)	(63.526)	(469.827)
Novas causas	(797)	(1.674)	(17.774)	-	(20.245)
Atualização monetária	-	(19)	(33.516)	(2.860)	(36.395)
Mudança de prognóstico	36	-	68.736	-	68.772
Baixas	67.658	100	7.262	-	75.020
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>(8.887)</u>	<u>(1.992)</u>	<u>(305.410)</u>	<u>(66.386)</u>	<u>(382.675)</u>

(a) Causas tributárias

As principais causas tributárias administrativas se referem a diversos processos administrativos movidos pela RFB e são relacionados à contestação de créditos fiscais utilizados pela NTS e não homologados pela autoridade fiscal, bem como autuações fiscais. As principais causas totalizam R\$305.410 (R\$330.118 em 31 de dezembro de 2022). Destaca-se que ocorreu a alteração de prognóstico de R\$68.736, os quais são relativos aos acórdãos que julgaram procedentes as impugnações apresentadas pela NTS para, diante da “declaração de inconstitucionalidade por decisão definitiva plenária do Supremo Tribunal Federal”, anular integralmente os lançamentos e créditos tributários correspondentes.

Notas Explicativas

(b) Causas ambientais

As causas ambientais referem-se a processos de compensações ambientais em discussão entre órgãos ambientais e a NTS envolvendo os seguintes temas: (i) o percentual máximo que pode ser aplicado para o cálculo da compensação ambiental no âmbito do licenciamento relacionado ao GASCAR; (ii) o índice aplicável para fins de correção monetária da compensação ambiental devida nos âmbito dos licenciamentos relacionados ao GASCAR, GASTAU, GASPAJ e GASBEL II; e (iii) a data-base para a aplicação da correção monetária no caso do da compensação ambiental no âmbito do licenciamento GASTAU.

(c) Causas cíveis

Em novembro de 2022 foi requerida arbitragem contra o acionista majoritário da Companhia e contra a Companhia, cujas informações são protegidas por confidencialidade, referente ao compartilhamento de infraestruturas decorrente da operação de alienação de controle da Companhia em abril de 2017. Foi apresentada reconvenção requerendo o reembolso de despesas incorridas pela Companhia na remediação de ativos de sua propriedade, também decorrente da operação de alienação de controle. Há previsão contratual junto à requerente no sentido de que, diante do início da arbitragem, a Companhia possui direito de executar garantia para reembolso da parcela controversa antes da decisão da corte, podendo exercê-lo se e quando entender conveniente. A Companhia aguarda a apreciação da resposta e pedido de reconvenção, bem como demais desdobramentos do procedimento arbitral para, em conjunto com os seus assessores jurídicos, avaliar os impactos sobre os saldos reconhecidos.

A movimentação do exercício se refere à redução do valor em risco associado ao procedimento arbitral, e que corresponde à diferença entre o montante pleiteado pela contraparte do procedimento arbitral e o valor reconhecido pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 6 instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco cambial e de exposição à taxa de juros pré-fixadas associados às dívidas captadas em moeda estrangeira. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Adicionalmente, durante os exercícios, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo.

a) Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos para fazer frente às suas obrigações operacionais e para pagamento de credores. As origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são suficientes para liquidação de suas obrigações de curto prazo. O risco de liquidez é administrado pela Companhia, investindo seu caixa em Renda Fixa, com liquidez não superior a 90 dias e renegociando (quando necessário) o prazo de vencimento de suas dívidas.

	2024	2025	2026+	Total
Dívidas financeiras (i)	930.143	2.385.462	12.736.150	16.051.755
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	290.059	185.855	(157.075)	318.839
Fornecedores	736.245	-	-	736.245
Total	1.956.447	2.571.317	12.579.075	17.106.839

Notas Explicativas

- (i) As projeções das dívidas consideram o cenário provável da nota explicativa nº 23(d), desconsiderando o efeito dos respectivos custos de captação.
- (ii) Os instrumentos financeiros derivativos correspondem ao líquido entre os saldos registrados no ativo e passivo dos derivativos contratados com objetivo de proteção dívidas contraídas em moeda estrangeira, conforme detalhado na seção b) desta nota explicativa. Ou seja, não constam da projeção do quadro acima, derivativos contratados com objetivos de proteção para outros fins.

b) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras envolvendo certos empréstimos e financiamentos da Companhia e utilizada para refinanciamento de dívidas e aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. O valor de R\$318.839 corresponde a posição líquida com o saldo do “swap” de fornecedores.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controle de riscos. Em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e em decorrência da incorporação reversa da NISA, a Companhia detém dívidas denominadas em dólares norte-americanos, cujos valores captados somam US\$749.000, e para os quais contratou-se operações de derivativos (“swap” cambial), cujos prazos de vigência, valores de principal e juros replicam os prazos montantes de principais e juros dos empréstimos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado pelo fluxo futuro, apurado pela aplicação das taxas de juros contratuais e dólar futuro ou cupom cambial até a data de pagamento dos juros e principal, descontado a valor presente na data das demonstrações financeiras pelas taxas de mercado vigentes.

Instituição	Descrição	Operação/Taxa	Vencimento	Valor referência (nocial)	31/12/2023	31/12/2022
	“Swap” (cambial)					
Scotia Bank	Posição ativa	USD/BRL + 2,45%	abril/2027	US\$300.000	1.345.011	1.463.258
	Posição passiva	CDI + 1,35%	abril/2027	R\$1.421.250	(1.459.060)	(1.534.453)
				MTM “Swap”	(114.049)	(71.195)
Scotia Bank (2)	Posição ativa	USD/BRL + 4,27%	agosto/2025	US\$170.000	814.031	893.426
	Posição passiva	CDI + 1,13%	agosto/2025	R\$880.090	(912.603)	(941.997)
				MTM “Swap”	(98.572)	(48.571)
MUFG (a)	Posição ativa	USD/BRL + 3,40%	abril/2027	US\$59.000	272.103	293.345
	Posição passiva	CDI + 1,35%	abril/2027	R\$279.512	(286.948)	(301.776)
				MTM “Swap”	(14.845)	(8.431)
CITI	Posição ativa	USD/BRL + 2,71%	abril/2027	US\$90.000	406.875	442.312
	Posição passiva	112,7% do CDI	abril/2027	R\$426.375	(435.982)	(462.796)
				MTM “Swap”	(29.107)	(20.484)
SMBC	Posição ativa	USD/BRL + 4,96%	setembro/2025	US\$50.000	242.302	266.709
	Posição passiva	CDI + 1,13%	setembro/2025	R\$260.000	(268.570)	(277.654)
				MTM “Swap”	(26.268)	(10.945)
BNP	Posição ativa	UDS + 5,75%	setembro/2025	US\$80.000	391.611	433.584
	Posição passiva	CDI + 1,13%	setembro/2025	R\$416.440	(426.137)	(440.760)
				MTM “Swap”	(34.526)	(7.176)
					(317.367)	(166.801)

- (a) Os encargos da ponta passiva do “swap” com o MUFG são de 3,30% a.a. até 31 de março de 2023 e de 3,40% a.a., a partir de 01/04/2023 até o vencimento.

Notas Explicativas

	Ativo		Passivo		Posição Líquida	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante (*)	-	-	(290.059)	(376.490)	(290.059)	(376.490)
Não circulante	23.695	209.390	(52.475)	-	(28.780)	209.390
Total	23.695	209.390	(342.534)	(376.490)	(318.839)	(167.100)

(*) Saldo incorpora além dos derivativos associados às dívidas apresentadas na tabela anterior, instrumento derivativo para proteção cambial em contratos com fornecedores.

c) Risco de crédito

Como parte do Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre os acionistas da Companhia, a Petrobras firmou com o Banco Bradesco S.A. Contrato de Administração de Contas Vinculadas visando a diversificação do risco de crédito da NTS em relação aos Contratos de Transporte de Gás (GTAs) que detém com a Petrobras e para que a Companhia não dependa exclusivamente de seu principal cliente para obtenção de suas receitas.

Os recebíveis dados em garantia se referem aos depósitos feitos na conta vinculada, oriundos dos Contratos de Compra e Venda de Gás Natural (GSAs) nos quais a Petrobras atua como vendedora. Os depósitos realizados nesta conta visam garantir cobertura de no mínimo 120% do valor esperado dos faturamentos mensais da Companhia, devidos pela Petrobras no âmbito dos GTAs, além de quaisquer taxas e tributos que possam ser deduzidos pelo Banco Bradesco a cada mês.

Adicionalmente, em março de 2022, a Petrobras apresentou 5 (cinco) cartas de fiança bancária, com vigência de 2 anos, contados a partir de 30/03/2022, na forma acordada em cada um dos GTAs, correspondente ao período de 150 dias multiplicados pela soma das tarifas de capacidade, entrada e saída, até o limite de R\$2.885.931.

d) Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou análise de sensibilidade para instrumentos financeiros com risco de taxa de juros, considerando que a exposição é o valor das debêntures e financiamentos, descrita na nota explicativa nº 12, e das aplicações financeiras, expostas à variação do CDI.

<u>Instrumentos</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Base (*)</u>	<u>Provável (*)</u>
<u>Ativo financeiro</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.064.694	Queda do CDI	240.537	185.822
<u>Passivo Financeiro</u>				
Debêntures e empréstimos (a) & (b)	11.388.255	Alta do CDI	(2.075.296)	(1.755.740)

(*) Cenários projetados para 12 meses.

- (a) O valor das debêntures e empréstimos e os juros a incorrer/encargos financeiros projetados desconsideram os custos com captação da dívida.
- (b) Os saldos destas dívidas consideram os efeitos de proteção dos "Swaps" correspondentes, que visam a eliminação do risco de exposição cambial, bem como a conversão do risco de exposição às taxas pré-fixadas em moeda estrangeira para o CDI. Por esta razão, a Administração entende que o risco de exposição a moeda estrangeira não é relevante frente a posição patrimonial e financeira da Companhia.

O cenário "Base" foi calculado considerando-se uma taxa do CDI de 11,65% da data-base 31 de dezembro de 2023, aplicável à parcela flutuante da taxa de juros das dívidas e do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

Financiamentos, derivativos, dividendos, JSCP e redução de capital	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Alterações Caixa				Alterações Não Caixa						Saldo em 31 de dezembro de 2023
		Principal	Juros	Custo Captação	Custo resgate antecipado	Dividendos, JSCP e reduções de capital aprovados	Juros	Variação cambial	Custo captação	Ajuste a valor justo	Custo resgate antecipado	
Notas comerciais	(1.545.338)	-	225.490	-	-	-	(219.717)	-	(1.428)	-	-	(1.540.993)
Debêntures_1ª emissão NISA (3ª emissão NTS)	(1.580.574)	580.000	200.416	-	-	-	(181.808)	-	(1.315)	-	-	(983.281)
Debêntures_2ª emissão NISA (4ª emissão NTS)	(1.545.338)	-	225.490	-	8.671	-	(219.717)	-	(1.429)	-	(8.671)	(1.540.994)
Debêntures_5ª emissão (1ª série)	(1.032.479)	-	134.687	-	-	-	(139.950)	-	(100)	-	-	(1.037.842)
Debêntures_5ª emissão (2ª série)	(1.549.791)	-	206.432	-	-	-	(214.606)	-	(103)	-	-	(1.558.068)
Debêntures_5ª emissão (3ª série)	(1.023.698)	-	140.063	(632)	20	-	(145.668)	-	(1.070)	-	-	(1.030.985)
Empréstimo Scotia Bank	(1.573.353)	-	32.076	-	-	-	(31.496)	112.921	-	-	-	(1.459.852)
Empréstimo Scotia (2) Bank	(897.919)	-	31.385	-	-	-	(30.764)	63.988	-	-	-	(833.310)
Empréstimo MUFG	(310.042)	-	8.819	-	-	-	(8.746)	22.208	-	-	-	(287.761)
Empréstimo CITI	(472.263)	-	10.597	-	-	-	(10.432)	33.876	-	-	-	(438.222)
Empréstimo SMBC	(264.470)	-	11.182	-	-	-	(10.923)	18.819	-	-	-	(245.392)
Empréstimo BNP	(422.235)	-	19.881	-	-	-	(19.744)	30.112	-	-	-	(391.986)
Instrumento financeiro derivativo (1)	(166.801)	-	397.533	-	7	-	(386.437)	(281.924)	-	119.317	(534)	(318.839)
IR Câmbio	-	-	19.495	-	-	-	(19.495)	-	-	-	-	-
Dividendos, JSCP e redução de capital		3.114.272	-	-	-	(3.114.272)	-	-	-	-	-	-
	<u>(12.384.301)</u>	<u>3.694.272</u>	<u>1.663.546</u>	<u>(632)</u>	<u>8.698</u>	<u>(3.114.272)</u>	<u>(1.639.503)</u>	<u>-</u>	<u>(5.445)</u>	<u>119.317</u>	<u>(9.205)</u>	<u>(11.667.525)</u>

(1) Corresponde à posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos descritos na nota explicativa nº 23.b) e exclui a posição de derivativos contratados para outros fins que não os de proteção de efeitos das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo destes derivativos totaliza R\$319 (R\$167 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

24. COMPROMISSOS

a) Compromissos contratuais

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, relacionados aos compromissos contratuais assumidos pela Companhia, para a data de 31 de dezembro de 2023:

Classe de contratos	2024	2025	2026	2027	2028+	Total
Aluguel	24.406	10.013	-	-	-	34.419
Aquisição de materiais	31.053	3.467	-	-	-	34.520
Consultoria	40.559	8.909	4.630	2.440	1.200	57.738
Serviços e construção e montagem	15.938	60.327	37.902	-	4.529	118.696
Serviços IT	2.707	981	3.157	282	-	7.127
Serviços jurídicos	1.727	1.394	1.015	-	3.946	8.082
Telecomunicações	1.186	-	-	-	-	1.186
Terceirização de colaboradores	7.958	-	-	5.653	-	13.611
Serviços de operação, manutenção e integridade	137.024	21.746	4.124	-	-	162.894
Serviços de "facilities" e viagens	20.571	4.039	3.323	19	-	27.952
Outros	1.354	620	16	-	-	1.990
Uso e compartilhamento de faixas dos gasodutos	87.314	87.314	87.314	87.314	1.135.087	1.484.343
Total	371.797	198.810	141.481	95.708	1.144.762	1.952.558

b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía sete apólices de seguro fiança locatícia para fazer face às garantias exigidas em seus contratos de locação que totalizavam R\$3.670 em limite indenizável, distribuídos da seguinte forma:

Local	Limite indenizável
Praia do Flamengo, 22º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ	1.696
Praia do Flamengo, 23º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ	1.687
Rua Adelelmo Piva, 36, Jardim Vista Alegre, Paulínia, SP	50
Est. Hélio Rosa dos Santos, 1.000, salas 105 e 205, Imboassica, Macaé, RJ	39
Rua Messia Assú, 293, Itararé, São Vicente, SP	58
Rodovia BR 040, KM 800, salas nº 20, nº 21 e nº 22, Matias Barbosa, MG	34
Rua Dois, 21, Aterrado, Bairro Conforto, Volta Redonda, RJ	106

25. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Notas Explicativas

A Companhia possui diversas apólices de seguros, dentre elas, Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral, Riscos Ambientais, Responsabilidade Civil D&O, Responsabilidade Civil Profissional E&O, patrimonial, entre outras.

A tabela a seguir sumariza as coberturas e vigências dos seguros contratados pela Companhia:

<u>Tipo de seguro</u>	<u>Início de vigência</u>	<u>Término de vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Riscos operacionais e lucros cessantes	03/10/2023	03/04/2025	1.500.000
Responsabilidade civil geral	03/10/2023	03/04/2025	400.000
Riscos ambientais	03/10/2023	03/04/2025	300.000
Responsabilidade civil D&O	03/10/2023	03/04/2025	300.000
Responsabilidade civil profissional (E&O)	03/10/2023	03/04/2025	15.000
Proteção de dados e resp. cibernética (Cyber)	03/10/2023	03/10/2024	35.000
Fraude corporativa (Crime)	03/10/2023	03/04/2025	5.000
Compreensivo Empresarial (Escritório)	27/11/2023	27/11/2024	19.000
Riscos Engenharia Obras GASIG	12/05/2022	31/07/2024	130.829
Total			<u>2.704.829</u>

Os prêmios de seguros pagos em relação às apólices de seguros são registrados no ativo como despesas antecipadas e são apropriadas proporcionalmente ao resultado em função da vigência das apólices.

A tabela a seguir sumariza os montantes registrados na data-base 31 de dezembro de 2023 a título de despesas antecipadas:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Riscos operacionais e lucros cessantes	19.069	11.933
Responsabilidade civil geral	3.435	2.284
Riscos ambientais	1.453	1.025
Responsabilidade civil D&O	1.076	647
Responsabilidade civil Obras	-	43
Riscos de engenharia	-	206
Seguros corporativos	1.201	1.013
Outros - seguros	1.628	1.351
Total de seguros	<u>27.862</u>	<u>18.503</u>
Outras despesas antecipadas	<u>1.712</u>	<u>1.351</u>
Total	<u>29.574</u>	<u>19.854</u>

Notas Explicativas

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

6ª emissão de debêntures

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2024, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição destinada a investidores profissionais, no valor total de R\$8.000.000, com vencimento em 15 de fevereiro de 2029 (primeira série), em 15 de fevereiro de 2031 (segunda série) e em 15 de fevereiro de 2034 (terceira série). As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de “spread” equivalente a 1,20% ao ano, 1,40% ao ano e 1,70% ao ano, respectivamente.

As debêntures têm como data de emissão o dia 15 de fevereiro de 2024 e foram integralizadas em 16 de fevereiro de 2024.

As debêntures possuem cláusula restritiva que impõe à Companhia o cumprimento de índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,0 vezes.

Aquisição de títulos emitidos

Em reunião realizada em 31 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de títulos emitidos por entidades com participação direta ou indireta na Companhia (“Notas”), no montante total de até R\$8.600.000 (“Operação”). As Notas terão colocação privada, com remuneração prevista entre CDI + 2% a.a. e CDI + 2,50% a.a., conforme respectivos prazos de vencimento, entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos. A remuneração prevista das Notas está adequada às características da Operação, aos custos de captação da Companhia e apresenta taxas compatíveis com títulos e valores mobiliários disponíveis no mercado, preservando sua liquidez e solidez financeira, além de assegurar remuneração competitiva de seu caixa.

Lei nº 14.789/2023 e a mudança na tributação dos benefícios fiscais (subvenções)

Em 29 de dezembro de 2023, a Lei 14.789/2023 que altera as regras de tributação de incentivos fiscais entrou em vigor, esta dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico, altera as Leis nº 9.249/1995, nº 14.592/2023, e nº 14.754/2023, além de revogar dispositivos do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis nº 10.637/2002, nº 10.833/2003, e nº 12.973/2014. Conforme artigo 22, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

O impacto da tributação do IRPJ/CSLL e PIS/COFINS sobre o crédito presumido de ICMS está em avaliação pela NTS devido a ação judicial 5096268-61.2020.4.02.5101 de natureza ativa, que está pendente de julgamento, e na qual a NTS defende a inconstitucionalidade da União tributar benefícios fiscais concedidos pelos Estados. Neste sentido e em linha com a orientação jurídica, a Companhia avaliou que a discussão judicial inaugurada ainda no contexto legislativo anterior segue válida e mostra-se capaz de suportar o questionamento sobre a tributação pelo IRPJ e CSLL do crédito presumido outorgado pelo Convenio ICMS 106/96, sendo fundamentada em preceitos constitucionais.

Notas Explicativas

Lei do Bem - Divulgação parecer técnico 2021

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) divulgou o parecer técnico do formulário da Lei do Bem da NTS referente ao ano calendário de 2021 no dia 19 de fevereiro de 2024, onde encontram-se declaradas para análise técnica da SETEC/MCTI, as Atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica de pessoa jurídica beneficiária dos incentivos fiscais previstos conforme a Lei. A conclusão entregue pelo MCTI determina que não sejam recomendadas as atividades de P,D&I para o ano-base 2021, de forma que a NTS não atendeu o disposto no Capítulo III, da Lei nº 11.196/2005, e no Decreto nº 5.798/2006.

A Administração avalia que os projetos reportados possuem embasamento técnico para a Lei do Bem baseado nos critérios dispostos na Lei e sendo assim, levantará as informações necessárias para a resposta técnica ao MCTI. De toda forma e considerando este fato novo, a Companhia optou por reconhecer provisão para perda no montante de R\$8.080 em 31 de dezembro de 2023 para os créditos fiscais reconhecidos, considerando a incerteza na perspectiva de recuperação de tais valores.

Ação judicial - Penalidade aplicada pela ANP

Em 23/02/2024 a Companhia moveu ação judicial de tutela cautelar contra a ANP com o intuito de suspender a exigibilidade da multa aplicada pelo Órgão Regulador, resultante de procedimento de fiscalização no qual a ANP concluiu que a NTS teria descumprido a regulamentação técnica relacionada ao sistema de transferência de custódia de uma de suas instalações. A ação foi movida mediante apresentação de seguro garantia considerando o valor atualizado da multa acrescido de 30% de encargos legais (R\$672), para garantir o juízo e impedir a inscrição do referido débito no CADIN ou em qualquer cadastro restritivo de crédito, de forma que a NTS pudesse exercer plenamente suas atividades empresariais, tendo em vista que ainda será discutida em ação judicial própria a legalidade da decisão condenatória da ANP. Em 27/02/2024 foi deferida a tutela para que não haja a inscrição do débito no CADIN e seja expedida a certidão positiva com efeito de negativa em benefício da NTS, permitindo o prosseguimento de sua atividade empresarial.

Distribuição de dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2024 foi aprovada, por unanimidade e sem ressalvas, a distribuição de dividendos pela Companhia no valor total de R\$1.206.494, com base em parecer favorável do Conselho Fiscal, a serem pagos até o final de abril de 2024, ajustado pela atualização da SELIC durante o período de 1º de janeiro de 2024 até a data de pagamento.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Nova Transportadora do Sudeste S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Transportadora do Sudeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Transportadora do Sudeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de vendas

Por que é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2023, saldo de R\$7.353.022 mil de receita líquida de serviços referente à atividade de transporte de gás natural. A receita é reconhecida após a prestação do serviço de transporte de gás natural aos carregadores (transferência do controle do ativo) e a obrigação definida em contrato ser satisfeita, conforme preconizado pelo pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 -Reconhecimento de Receita.

Esse tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (i) o valor das receitas de serviços representa um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras, (ii) alta dependência de sistemas e dos seus controles internos e (iii) volume significativo de horas dedicadas ao tema.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional das atividades de controles internos manuais e sistêmicos relevantes relacionados à identificação, ao monitoramento, à revisão e à aprovação do volume transportado e da respectiva valorização comercial da receita de transporte de gás; (ii) procedimento substantivo de recálculo da receita de venda no ano a partir das premissas contratuais; (iii) procedimento de teste das bases utilizadas pela Companhia para registro da receita; e (iv) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos aceitável a prática de reconhecimento da receita, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes examinados por outro auditor independente

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, sem modificação, datado de 16 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da NOVA TRANSPORTADORA DOSUDESTE S.A. – NTS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, no 200, 23o andar, Flamengo, CEP 22.210-901, inscrita no CNPJ sob o no 04.992.714/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE 33.3.0026999-1, nos termos e para fins do art. 27, §1o, V e VI, da Resolução CVM no 80, de 22 de março de 2022, conforme alterada, que:

- (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- (ii) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Alex Sandro Monteiro Barbosa da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. – NTS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22.210-901, inscrita no CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE 33.3.0026999-1, nos termos e para fins do art. 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 22 de março de 2022, conforme alterada, que:

- (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- (ii) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Alex Sandro Monteiro Barbosa da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Erick Portela Pettendorfer
Diretor Presidente